DOCUMENTOS DA CNBB – 78

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

ASSEMBLÉIAS GERAIS
de 1997 a 2003

Paulinas

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164
04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3549 – Fax: (11) 2125-3548
http://www.paulinas.org.br – editora@paulinas.org.br
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2004

APRESENTAÇÃO

As Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora no Brasil (2003-2006) apontam três âmbitos principais para a evangelização: a pessoa, a comunidade e a sociedade. De fato, o Evangelho de Jesus Cristo é fermento, sal e luz para promover a dignidade da pessoa, a constante renovação da comunidade humana e eclesial e para a construção de uma sociedade solidária. Muitas maneiras existem para realizar na prática esta missão.

A CNBB, através dos seus Órgãos Constitutivos, tem emitido com certa freqüência Mensagens, Declarações e Notas, manifestando suas posições em circunstâncias da vida social e eclesial que requeriam uma palavra clara e incisiva da Igreja. Através delas, a Conferência oferece suas convicções, critérios éticos e orientações na busca de soluções para problemas que afligem a sociedade, ou questões que requerem um especial discernimento para a tomada de decisões.

Ao lado dos documentos oficiais da Conferência, discutidos e aprovados em Assembléia Geral, essas manifestações públicas circunstanciais e breves também são expressões da ação evangelizadora da Igreja no Brasil e deixam marcas na história das relações da CNBB com a sociedade e a cultura brasileiras.

Neste livro estão reunidas as Mensagens, Declarações e Notas oficiais da CNBB, desde 1997 até 2003, agrupadas segundo o critério de sua autoria: Assembléia Geral, Conselho Permanente, Presidência e Conselho Episcopal Pastoral. Embora estes documentos já tivessem sido recolhidos nas sucessivas publicações do Comunicado Mensal da Entidade, pareceu útil ao Secretariado-Geral oferecê-los também nesta coletânea, tornando-os mais facilmente acessíveis a um público mais amplo.

Brasília, 6 de agosto de 2004

† *Dom Odilo Pedro Scherer*

Bispo Auxiliar de São Paulo,
Secretário-Geral da CNBB

DECLARAÇÃO SOBRE A COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

Por um discernimento democrático

Anuncia-se, com data marcada para 29 de abril de 1997, o maior leilão de privatização de empresas estatais no Brasil. Trata-se da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Argumentos pró e contra a privatização revelam a necessidade de um debate amplo e democrático.

Pela urgência e importância que a proposta governamental de privatizar a CVRD implica, nós, Bispos católicos do Brasil, reunidos em Assembléia Geral, à luz de graves exigências éticas, sentimo-nos interpelados, na consciência de pastores, a manifestar nossas preocupações diante de medidas que hão de afetar, gravemente e sem retorno, o futuro do País. Unimos nossa voz aos membros de muitas instituições, setores da sociedade e aos pronunciamentos de brasileiros de notório devotamento patriótico. Solicitamos, por isso, com respeito e confiança, à Presidência da República a suspensão do edital de privatização da Vale, a fim de que a Nação disponha de tempo suficiente e de condições indispensáveis para analisar adequadamente a questão e decidir de acordo com o bem comum.

Com efeito, a CVRD constitui enorme patrimônio econômico, científico e cultural que pertence ao povo, honra o Brasil, e merece, portanto, tratamento diferenciado.

Elencamos as principais exigências éticas com referência à privatização da Companhia Vale do Rio Doce, bem como alguns argumentos que demonstram, com evidência, a necessidade de excluí-la do atual programa governamental de privatização.

1º Pertence ao Legislativo, com a participação da sociedade organizada, e não ao Executivo, determinar a natureza e o chamado "tamanho" do Estado e, conseqüentemente, o âmbito das privatizações a serem realizadas.

2º A decisão sobre a concessão de lavra do solo e subsolo nacional, pela importância que tem para a economia, soberania e potencial estratégico do País, não pode deixar de ser colocada em discussão nos meios técnicos e científicos e apreciada e explicitamente aprovada pelo Congresso Nacional. Na verdade, o setor de extração e exploração de minérios no Brasil representa, hoje, comparado com os outros setores econômicos, o preponderante esteio do desenvolvimento nacional. A CVRD é a instituição que melhor conhece o potencial da Amazônia. As reservas minerais são esgotáveis e devem ser exploradas de modo a não causar detrimento para o futuro científico,

econômico, ecológico e estratégico do País. A privatização, uma vez aberta ao capital e às ingerências de grupos estrangeiros, terá como conseqüência a perda de decisão nacional sobre nossas riquezas minerais e, portanto, as inevitáveis restrições à nossa soberania, impedindo que as opções para o desenvolvimento do País sejam feitas pelos próprios brasileiros.

3º A terceira exigência ética é a de que sejam asseguradas a exatidão e a transparência de informação. Os dados, largamente divulgados, hão de permitir o amplo debate e a participação da sociedade nas decisões que obrigatoriamente lhe dizem respeito. Não tem havido, até o momento, divulgação completa e acertada do potencial das jazidas cuja lavra é concedida à CVRD. Além disso, as recentes descobertas não foram avaliadas. Torna-se, assim, quase impossível calcular, com objetividade, o valor dos minérios, do sistema operacional, das possibilidades de pesquisas científicas e dos rendimentos futuros da CVRD. Diante desta situação, não é justo manter em vigor o edital publicado pelo Governo.

4º Pertence ainda às exigências éticas garantir as condições de participação que a lei faculta à sociedade em relação a medidas governamentais. Como explicar a recente medida provisória impedindo os tribunais locais de acolher pedidos de liminar argüindo a inconstitucionalidade da privatização da CVRD?

Verifica-se o contraste entre estas exigências éticas e a firme posição governamental que restringe a participação do Congresso e da sociedade organizada, prejudicando e precipitando, assim, a decisão sobre a privatização da CVRD. Uma ampla discussão permitirá ponderar, com serenidade, as razões aduzidas a favor ou contra a privatização e dará ocasião para analisar as falhas da CVRD. Os aperfeiçoamentos a serem introduzidos na CVRD poderão ser igualmente alcançados conservando sua condição de empresa estatal e apoiando-se na atitude co-responsável que caracteriza seus funcionários.

Além dos questionamentos feitos, não podemos deixar de acrescentar as sérias dúvidas levantadas em relação ao processo de avaliação da CVRD.

O juízo global sobre esta questão deve considerar também que a política indiscriminada de privatizações agrava os efeitos negativos do modelo neoliberal: o aumento do desemprego, a disparidade maior entre ricos e pobres, a miséria dos excluídos, a conseqüente violência que assola a sociedade. O mercado e o lucro não podem ser o principal critério das decisões de política econômica e, sim, a dignidade da pessoa humana e a promoção dos direitos civis, políticos e sociais que daí derivam.

Renovamos, portanto, o apelo aos nossos governantes a fim de que atendam às expectativas de notável

parte de nossa sociedade, incluindo cientistas, juristas, políticos e lideranças populares, empresários e sindicatos, aos quais associamos a nossa voz. Solicitamos aos responsáveis pelos Meios de Comunicação que, conscientes de sua missão de informar com isenção à opinião pública, divulguem os diversos posicionamentos sobre a CVRD.

Peçamos a Deus que nos ajude, Governo e povo de nosso País, a encontrar os melhores caminhos para a construção de uma sociedade justa e solidária.

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de abril de 1997

VIDA COM DIGNIDADE

A caminho do novo milênio, somos desafiados a renovar e dinamizar a ação evangelizadora da Igreja comprometida com a transformação de nosso País e o surgimento de uma nova civilização que, cultivando a sobriedade e a partilha, respeite e valorize a vida, a grandeza e os limites da natureza.

Em cada geração, cabe à Igreja, fiéis e pastores, o dever de estar a serviço da vida em todas as dimensões de sua dignidade e etapas de seu desenvolvimento. Não podemos ficar indiferentes à marginalização de milhões de pessoas e a tantos crimes cometidos contra a vida, no Brasil e em outros recantos da Terra. Sem garantia da vida para os nascituros, condições básicas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, valorização do trabalho humano e respeito aos idosos, nosso país não conhecerá a paz social.

Como Bispos e Pastores, reunidos em Assembléia Geral de nossa Conferência Episcopal, decidimos trazer de volta ao cenário político e à consciência da Nação os massacres ocorridos em Eldorado dos Carajás e Corumbiara. Não podem cair no esquecimento e seus autores permanecer acobertados ou beneficiados pela impunidade.

Mais uma vez clamamos em favor do reconhecimento, respeito e atendimento dos direitos e reivindicações dos Povos Indígenas. Da mesma forma, esperamos providências enérgicas e urgentes contra o trabalho escravo, em constante aumento em vários Estados brasileiros. Preocupa-nos, outrossim, a proposta de legalização do trabalho aos domingos, pois ocasionará maiores dificuldades e transtornos para a vida familiar, religiosa e comunitária e o justo lazer.

A aplicação de medidas previstas nas leis que regem o País fará cessar a atuação ilegal e criminosa de policiais, como foi demonstrado recentemente pelos Meios de Comunicação Social. Advertimos, porém, que a violência ultrapassa os limites das corporações policiais ou do comportamento da polícia. Discutindo a situação dos encarcerados, a Campanha da Fraternidade deste ano, entre outras coisas, ajudou-nos a perceber a difícil e urgente tarefa de buscar caminhos de superação da violência e de práticas e métodos de combate ao crime que brutalizam tanto os agentes da lei quanto aqueles que possam tê-la infringido. A Defensoria Pública deve oferecer aos presos serviços especiais que garantam seus direitos. Da mesma forma, não podem faltar programas de educação profissionalizante.

A violência que perpassa toda a organização social é, também, conseqüência da política econômica

geradora de uma das maiores concentrações de renda do mundo. Enquanto milhões de famílias de trabalhadores são condenadas a sobreviver com um salário aviltante e injusto, governantes e outros altos servidores públicos decretam, em seu próprio favor, um teto salarial que é uma afronta à maioria do povo trabalhador.

Enraizado, profundamente, em nossa história, o quadro crônico de exclusão e de miséria em que tentam sobreviver milhões de brasileiros, especialmente crianças, é hoje conseqüência direta da ordem econômica neoliberal que sobrepõe o lucro e o capital à pessoa humana, ao trabalho e ao bem comum. Descartando de forma impiedosa os mais fracos ou com menor capacidade de competição, impede o exercício da cidadania a milhões de indivíduos, provocando novas ondas migratórias dentro do próprio País e para o exterior, e o acesso ao desenvolvimento a povos que jamais conheceram a emancipação econômica. Por isso, nossa consciência ética e cristã não pode aceitar a interpretação e os rumos dados pela economia neoliberal à globalização. O empobrecimento do povo não deve ser aceito como custo inevitável do desenvolvimento econômico.

Em países do Primeiro Mundo, os danos causados a grandes contingentes de trabalhadores pela nova ordem econômica internacional são atenuados pelas conquistas e garantias dos direitos sociais, como salá-

rio-desemprego e seguro social. Nem sempre, porém, os imigrantes estrangeiros gozam desses benefícios. Entre nós, além de insuficientes e precárias, as políticas sociais compensatórias têm sido afetadas pelos cortes orçamentários e outras medidas impostas pelo processo de saneamento da economia e estabilização da moeda.

Sem negar a importância e os benefícios de uma economia que não seja corroída pela inflação, não se percebem decisões políticas e planos de ação governamental destinados a reverter o quadro de exclusão. Enquanto mais da metade da população, economicamente ativa, foi empurrada para a economia paralela ou sofre as amarguras do desemprego, assistimos a uma apropriação privada improdutiva e indevida de bens sociais, protegida pela imunidade ou impunidade, através de encaminhamentos escusos na aplicação das finanças públicas e no trato da dívida pública e de protecionismo ao setor financeiro com recursos dos fundos públicos.

É urgente a definição de novos modelos de desenvolvimento econômico. Contando com a adesão da opinião pública e o respaldo das novas leis do Imposto Territorial Rural e do Rito Sumário, um processo firme e amplo de democratização da terra, através de Reforma Agrária e de Política Agrícola adequada, resultará em novas oportunidades de trabalho e de

distribuição de renda, melhoria da qualidade de vida e efetivo combate à fome e à indigência.

A caminho de um novo milênio, reafirmamos a importância e a urgência de iniciativas e programas que resgatem a imensa dívida social de nosso país para com a maioria de nosso povo, visando à conquista da cidadania e à construção da democracia.

Cabe-nos a todos empreender uma ação socio-transformadora direcionada a toda a sociedade, mas com atenção prioritária aos mais pobres. Para tanto, será necessário definir uma agenda social com prioridades e metas concretas, de comum acordo estabelecida e assumida pelos Governos, em seus vários níveis e ramos, pelas diversas instituições e organizações sociais, famílias e indivíduos. A título de sugestão, apresentamos três prioridades colhidas nas últimas Mensagens Quaresmais do Papa João Paulo II dirigidas à Igreja e a todas as pessoas de boa vontade: erradicação do analfabetismo, combate à fome e garantia de moradia. Exigências da justiça e da fraternidade, são graves problemas de nossa realidade.

Com fundamentos éticos, parcerias, ações descentralizadas e solidariedade, é possível uma transformação e reversão do quadro inaceitável de legiões de brasileiros sem teto, sem escola, sem saúde, sem alimento, sem trabalho e sem terra. A cidadania almejada se concretiza na conquista dos direitos civis, sociais,

econômicos e políticos. Urgimos, pois, a implementação do Plano Nacional de Direitos Humanos como preparação da celebração dos 500 anos da Descoberta do Brasil, a comemoração do cinqüentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos 2000 anos do nascimento de Jesus. Pois o jubileu bíblico tem como objetivo o perdão das dívidas, a restituição da liberdade e a restauração do projeto inicial de um país onde todos possam viver com dignidade.

Comprometemo-nos a animar e articular melhor as Pastorais Sociais e outras iniciativas da ação social da Igreja em suas Comunidades em todo o território nacional. Estamos abertos a acolher e a promover parcerias com outras Igrejas, Religiões, instituições e organizações da sociedade civil e com os vários níveis de Governo.

Finalmente, reconhecemos que a participação nos Conselhos paritários e nos processos de elaboração e fiscalização das políticas públicas, especialmente através de orçamento participativo, tem-se revelado caminho de cidadania e de democracia em vários municípios brasileiros.

Caminhemos, pois, para um novo milênio de cidadania e democracia, de vida com dignidade, participação e co-responsabilidade de todos. Queremos um Brasil sem fome e sem violência, parceiro da construção de um mundo justo e solidário. Um olhar sobre a

história revela que nosso povo caminha na esperança. Com prática constante e nova de acolhimento e solidariedade, dá testemunho de sua grande Fé no Deus Vivo.

A exemplo dos Apóstolos e com igual fervor, queremos proclamar que em Cristo Jesus fomos arrancados de toda a servidão e pecado (cf. Rm 5,1-11) e enriquecidos com toda sorte de bênçãos (cf. Ef 1,3).

Itaici, Indaiatuba-SP, 16 de abril de 1997

TRABALHO, VIDA E ESPERANÇA

A comemoração do Primeiro de Maio, neste final de milênio, desperta em nós encantamento pela obra criadora de Deus, faz brotar um sentimento de gratidão pela nossa vocação à vida e de esperança em relação ao futuro.

A evolução da ciência e da técnica permite-nos vislumbrar melhor a grandeza da sabedoria e do amor de Deus e, ao mesmo tempo, perceber a urgência de encontrar o caminho que nos conduza a uma nova civilização.

Os modelos de progresso neste século levaram a humanidade a um grande desencontro consigo mesma e com a natureza. A degradação do meio ambiente e a exclusão de um sexto da humanidade fazem soar alarmes sobre o esgotamento dos recursos naturais e as exigências de vida e cidadania de cada pessoa humana.

Em nosso país, integrado à economia globalizada do modelo neoliberal, não são menores os atentados às fontes da vida e o quadro de exclusão social. Cuidadosa análise da conjuntura social, econômica e política revela crescente deterioração do meio ambiente e agravamento das condições de saúde, educação, habitação e trabalho para a grande maioria do nosso povo. Neste contexto, não podemos ignorar a violação dos

direitos tradicionais dos Povos Indígenas e dos remanescentes dos Quilombos, o sofrimento do povo nordestino com a seca e as conseqüências sociais e ambientais dos recentes incêndios em Roraima. Da mesma forma, queremos solidarizar-nos com os professores que clamam por mais justiça e melhores condições de trabalho.

A sociedade brasileira se torna cada vez mais desigual e injusta. Passando graves privações, milhões de brasileiros são atingidos em sua vida e lesados em sua cidadania. A um salário cronicamente injusto, somam-se agora o desemprego em proporções assustadoras e as ameaças a direitos trabalhistas adquiridos a duras penas pelos trabalhadores. A crise do desemprego, agravada pela quebra de grande número de micro e médias empresas sobre as quais têm recaído também os custos dos ajustes da ordem econômica, está provocando crescente desvalorização dos sindicatos e das organizações dos trabalhadores. Por outro lado, prosperando o relativismo moral, são negados e agredidos valores tradicionais de nossa cultura e da herança cristã. Por isso, crescem a impunidade, a corrupção e a violência.

Celebrando o Dia do Trabalho, como cidadãos brasileiros e bispos da Igreja Católica, queremos manifestar nossa solidariedade aos trabalhadores e suas famílias e renovar nosso compromisso com suas justas e legítimas aspirações.

Não podemos aceitar um modelo de desenvolvimento econômico que não corresponda à dignidade e às exigências básicas da vida humana. Padrões éticos devem iluminar as relações sociais e dirigir os governantes na condução do país.

O debate político, que nos conduzirá às urnas em outubro próximo, seja ocasião para a formulação de projetos que nos permitam superar a miséria e a exclusão. Assim, entraremos em um novo milênio com renovada esperança de vida com dignidade para todos os brasileiros.

Necessária se faz uma agenda social que atenda à justiça e à fraternidade, garantindo alimentação, educação básica, saúde e moradia para todos os brasileiros. Para atingir esses objetivos, tarefa de um grande mutirão nacional, acreditamos que deveriam ser adotados programas de geração de renda e de trabalho e tomadas medidas que acelerem a reforma agrária, implementem uma política agrícola que favoreça a agricultura familiar, viabilizem demarcação imediata e proteção das áreas indígenas, efetivem a implantação de rede escolar de ensino fundamental e promovam projetos descentralizados de habitação popular. Outras propostas, que venham a surgir como fruto de processo democrático, certamente haverão de assegurar um futuro melhor para nossa gente.

De nossa parte, estamos abertos ao diálogo com toda a sociedade brasileira e dispostos a cooperar com o poder público em todas as suas instâncias. Nesta oportunidade queremos anunciar que, no próximo ano, a Campanha da Fraternidade será dedicada ao combate ao desemprego.

No dia dedicado aos trabalhadores, a Igreja celebra a memória de São José Operário, esposo de Maria, mãe de Jesus, como testemunho da dignidade do trabalho, caminho de santidade para o trabalhador, parceiro de Deus na criação e no serviço à vida. Louvamos a Deus pelas pessoas comprometidas com a justiça social, trabalhadores e empresários que atuam para a transformação das relações de trabalho. O dia de hoje deve fortalecer, em todos nós, o apreço pelas organizações dos trabalhadores e renovar o ânimo missionário da Pastoral do Mundo do Trabalho e das demais Pastorais Sociais, para uma nova presença evangelizadora no complexo campo do trabalho e da economia.

Com saudação fraterna, rogamos as bênçãos de Deus sobre todo o povo brasileiro para caminharmos juntos a serviço da vida e da esperança.

Itaici, Indaiatuba-SP, 1º de maio de 1998

“UM CLAMOR NOS VEM DO NORDESTE”

(Mensagem dos Bispos do Brasil)

Nós, Bispos católicos do Brasil, reunidos em Assembléia Geral, em Itaici, São Paulo, fazemos nossas as angústias e os sofrimentos do povo nordestino, atingido, mais uma vez, por uma terrível seca que está levando milhões de irmãos à miséria, à fome e à morte. Desejamos levar-lhes nossa mensagem de solidariedade, de esperança e de bênção.

Assumimos o compromisso de somar esforços com as instituições públicas e privadas, e com nossas comunidades eclesiais, no incentivo e na promoção de campanhas de solidariedade e de medidas emergenciais que possam aliviar a fome e a sede, até que se supere a calamidade.

Convocamos, pois, nossas Igrejas do Nordeste e do Brasil, as organizações e instituições civis, as comunidades urbanas mais próximas das áreas atingidas e todas as forças vivas de nossa sociedade, para um grande mutirão de solidariedade humana, em benefício de nossos irmãos sofridos.

Incumbimos, especialmente, a CARITAS brasileira de empreender, de imediato, uma campanha de

alimentos e de recursos financeiros, abrangendo todas as nossas comunidades.

Contamos com a participação importante e necessária dos jornais, do rádio e da televisão, neste esforço conjunto de se despertar a consciência nacional para a grande solidariedade.

De imediato, promovam-se ações filantrópicas e assistenciais de todo gênero. Àqueles que têm mais, lembramos o dever de distribuir com justiça. Aqueles que têm pouco aprendam de nossos pobres a edificante lição do "repartir com quem tem menos ainda".

As empresas de transporte, os que dispõem de veículos e os grupos de serviço poderão prestar excelente apoio no transporte e distribuição dos alimentos.

Aos poderes públicos e à iniciativa empresarial privada, pedimos, além das medidas emergenciais, ações e projetos concretos, de efeito permanente, que levem, gradativamente, à superação definitiva do secular problema da seca do Nordeste. Alertamos para o fato de que as próximas chuvas, se forem normais, só virão a partir do final do ano...

Apelamos ainda aos poderes públicos que sejam reassumidos e implementados diversos projetos importantes para a Região, iniciados e paralisados há anos e que, se concluídos, proporcionarão trabalho e

vida digna para milhares de famílias, evitando-se a humilhação e a ineficácia das conhecidas "frentes de emergência".

Cumpre-nos denunciar, mais uma vez, que, além das causas naturais, existem as causas humanas da seca do Nordeste, que devem ser erradicadas:

- as constantes agressões aos mananciais de água da Região, como os rios São Francisco e Parnaíba, bem como às reservas florestais e outras fontes de vida para a população;
- e a famigerada "indústria da seca" e a corrupção eleitoral através da compra de votos em troca de pequenos favores de tempo de seca e de eleição.

E agora, às famílias atingidas pela calamidade, reafirmamos nossa presença e nossa bênção de Pastores, apreensivos e empenhados no esforço comum, "para que todos tenham vida" (Jo 10,10).

Que todos coloquemos nossa esperança e nossa confiança no Senhor da Vida, o Deus de Jesus Cristo, caminho de solidariedade e de amor aos irmãos.

Itaici, Indaiatuba-SP, 1º de maio de 1998

CARTA AOS MEMBROS DO SENADO SOBRE O PROJETO "LEI DOS CASSINOS"

O Projeto que propõe a abertura e legalização de cassinos no País foi aprovado, a 4 de março de 1998, pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Para que a proposta seja transformada em lei, requer-se a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos e, depois, pelo Plenário do Senado.

Agradecemos aos membros do Congresso que, preocupados com o bem do povo, têm chamado a atenção sobre os graves detrimentos morais que o Projeto acarreta, manifestando sua decidida posição contrária.

Reunidos em Assembléia Geral, os bispos católicos do Brasil, sentimos, diante de Deus, o dever de consciência de expressar aos Senhores Senadores e Deputados nossa esperança de que seja definitivamente arquivado qualquer projeto que pretenda aprovar a abertura de cassinos.

O motivo é de ordem ética. Há razões conhecidas e irrefutáveis, às quais, repetidas vezes, se referiu o Episcopado Nacional. As leis devem ter um valor pedagógico e não podem confundir as consciências,

induzindo ao erro e permitindo o que prejudica a pessoa, lesando a instituição familiar e a sociedade.

1) Legalizar o cassino significa fomentar a sorte e o ganho fácil como ideal de vida, em vez do primado do trabalho honesto e perseverante. Inverte-se, assim, a hierarquia de valores.

2) Rompe-se a harmonia doméstica por causa da vida desregrada e pela inquietação que se abate sobre o lar, diante da atração incoercível que domina, aos poucos, os jogadores, com perigo de dilapidar, de repente, todo o patrimônio familiar.

3) Sofre a educação dos filhos diante do mau exemplo dos pais e mães, cada vez mais ausentes do lar, atingidos na própria autoridade.

4) Quem não conhece casos de desespero dos que perdem tudo nas apostas, acarretando tal fato desequilíbrio psíquico e até tentativa de suicídio?

5) O ambiente dos cassinos é sempre deletério. Favorece a vida noturna, o consumo de bebidas alcoólicas e, não raro, abre as portas para a dissolução dos costumes, com inevitável dano para a fidelidade conjugal e a instituição familiar.

6) Em tais recintos será difícil evitar a lavagem de dinheiro ilicitamente obtido, a corrupção, o narcotráfico e a formação de quadrilhas propensas ao crime, como acontece em tantos países.

A alegação do aumento previsto de turistas e novos empregos e de incentivos para obras sociais não se sustenta comparada com a perda de valores morais. Além disso, recente argumentação de um membro do Senado demonstrou, com firmeza, a ilusão das vantagens econômicas projetadas. Nesse mesmo sentido, há numerosos depoimentos de economistas e peritos de notória competência.

A quem aproveita a abertura de casas de jogo? Àqueles, somente, que as pretendem explorar, em detrimento da sociedade brasileira e que, por isso, promovem "lobbies" e pressões sobre a opinião pública.

Que futuro queremos para o Brasil?

Mais forte do que o "lobby" deve ser a voz da consciência e do amor ao nosso povo.

Pedimos a Deus que, para o bem do Brasil e especialmente da nossa juventude, nos preserve da miséria moral e ilumine Vossas Excelências na rejeição deste Projeto.

Itaici, Indaiatuba-SP, 25 de abril de 1998

† Dom Lucas Cardeal Moreira Neves
Presidente da CNBB

PARA UMA EFETIVA REFORMA AGRÁRIA

A questão da Reforma Agrária vai além dos interesses, conflitos e reivindicações da população do campo, de movimentos ligados à terra, de produtores rurais e de órgãos governamentais.

Inúmeras são as razões que fazem da Reforma Agrária, no consenso geral, uma prioridade nacional: a concentração da propriedade da terra, o êxodo rural, o aumento do desemprego, o crescimento sem controle da população urbana e, ultimamente, o confronto muitas vezes violento entre os "sem-terra", os proprietários rurais e as forças policiais.

O assentamento de milhares de famílias acampadas exige, com urgência, uma solução justa e pacífica. A Reforma Agrária é caminho para a paz social no campo e nas grandes cidades atormentadas pelo desemprego, a violência e a subnutrição endêmica de milhões de brasileiros. Também, a solidariedade para com os famintos de outras regiões do mundo obriga-nos, como Nação e Estado, a rever a estrutura fundiária e os objetivos do desenvolvimento econômico do Brasil.

A concretização de Reforma Agrária inclui, além disto, uma eficiente política agrícola, com legislação tributária mais adequada para a propriedade rural e a

produção agropecuária, mecanismos de apoio à propriedade familiar com incentivo ao desenvolvimento de cooperativas, à defesa das populações indígenas e grupos de remanescentes dos "quilombos" contra a expropriação de suas terras.

O recente Documento "Para uma melhor distribuição da terra – O Desafio da Reforma Agrária" do Pontifício Conselho de Justiça e Paz (Roma, 23.11.1997), explicitamente confirmado e aprovado pelo Papa João Paulo II, é posição clara e comprometedora da Igreja e, portanto, interpelante para a consciência de todos os brasileiros, especialmente dos governantes, diante do problema da terra.

A Assembléia da CNBB, reunida em Itaici, assume com responsabilidade esse documento e manifesta a firme esperança de que ele se torne ponto de partida para um grande consenso, envolvendo governo e sociedade, a fim de que se comprometam a dar os passos necessários para a tão esperada Reforma Agrária em nosso país.

Que Deus ilumine, com sua sabedoria, governantes, movimentos sociais e todos que se empenham para que se efetive a Reforma Agrária. Que, com a proteção da Virgem Mãe Aparecida, cooperemos todos, em espírito de solidariedade e fraternidade, na construção da justiça social em nosso Brasil!

Itaici, Indaiatuba-SP, 1º de maio de 1998

“VIDA COM DIGNIDADE E ESPERANÇA”

“O Espírito do Senhor está sobre mim... Enviou-me para proclamar um Ano de Graça da parte do Senhor” (Lc 4,18a.19).

A todas as mulheres e homens de boa vontade chegue nossa saudação fraterna e a expressão de nosso afeto, ao fazer ressoar por todo o Brasil a convocação ao Grande Jubileu do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, feita por Sua Santidade o Papa João Paulo II.

O tempo do Jubileu quer ser de reconciliação para todos, no acolhimento da graça e do perdão de Deus, na reconciliação entre irmãos e irmãs, no perdão das dívidas, na paz na terra e com a terra. Ao proclamar o Jubileu, a Igreja quer lançar a luz do Evangelho sobre todas as situações humanas, pois a instauração de um mundo novo só pode vir de Cristo Salvador.

Ele, o Bom Pastor, oferece ao mundo vida em abundância (Jo 10,10), especialmente aos mais pobres e excluídos. Reunidos em Assembléia da CNBB, como Bispos e como cidadãos, queremos confirmar esperanças e compartilhar alegrias e tristezas.

Alegra-nos a capacidade que o nosso povo tem de encontrar, criativamente, novas soluções para seus problemas.

"E todos tinham tudo em comum" (At 4,32).

Entre tantas iniciativas, ressaltamos, além das múltiplas ações pastorais e da imensa rede de Obras sociais e educacionais, os projetos alternativos de produção comunitária, as ações concretas de convivência com a seca, a educação para a cidadania e a luta contra a corrupção eleitoral, as campanhas contra o trabalho infantil, a queda da mortalidade infantil através da Pastoral da Criança e a participação em Conselhos Comunitários e Paritários.

Podemos viver uma mudança cultural que abra espaço para o homem novo, solidário e fraterno e para uma economia de solidariedade e comunhão.

Ao acolher a proclamação de um Ano de Graça, identificamos algumas situações nas quais se faz urgente a prática da reconciliação e da paz.

"Não matarás!" (Dt 5,17).

A violência é hoje um problema de todas as nações. Inquieta-nos o uso descontrolado de armas, em vez do diálogo, nos conflitos internacionais. Condenamos a incontida produção de armamentos. Lamentamos que se chegue à guerra nos conflitos étnicos,

solidarizando-nos com os refugiados na região balcânica e rezamos para que se restabeleça a paz em todo o mundo.

No Brasil, a violência está levando, cada vez mais, o medo e a insegurança à vida cotidiana de todos, sem distinção. A violência no lar contra mulheres e crianças, as torturas e maus-tratos nas prisões e delegacias de polícia tornam-se freqüentes. Multiplicam-se os assaltos, seqüestros, roubos e crimes de morte. O tráfico e o uso de droga se espalham. Grande parcela da população continua vivendo em condições miseráveis, sem teto, sem terra e sem perspectivas.

Em defesa da vida que nasce, desde a sua concepção, denunciamos a violência do aborto e os projetos de falso planejamento familiar e de "esterilização voluntária", assim como rejeitamos a pena de morte.

"... ouvi os clamores do meu povo" (Ex 3,7).

O desafio da seca clama aos céus, pois provoca intenso sofrimento na população nordestina, que continua à espera de mais decisão política para a superação de seus dramas.

"Do trabalho de tuas mãos viverás" (Sl 127).

O trabalho é sagrado e dignifica a pessoa humana. Desejamos que uma nova cultura do trabalho valorize a responsabilidade e a dignidade do trabalhador.

Infelizmente, com políticas econômicas que não conseguem resolver nossos problemas, em vez da "globalização da solidariedade", agravam-se as "conseqüências negativas da globalização" (João Paulo II, "Igreja na América", 20), como o flagelo do desemprego, tema da Campanha da Fraternidade deste ano. Fecham-se as perspectivas para os jovens. Famílias inteiras vivem a angústia de ser atingidas por esse drama. Desmontam-se as conquistas dos trabalhadores, "flexibilizam-se" seus direitos.

"Será para vós um Jubileu. Cada um recuperará a sua terra e voltará para a sua família" (Lv 25,10).

O atraso histórico na realização da reforma agrária e agrícola e o poder do latifúndio contribuíram para o êxodo rural e o inchaço de nossas cidades, sem que nelas se oferecesse trabalho a todos. Por outro lado, o retorno à terra, daqueles que a querem trabalhar, enfrenta hoje enormes dificuldades e sofrimentos.

Cortam-se, lamentavelmente, verbas antes destinadas ao atendimento das necessidades sociais e inviabilizam-se obras que procuram compensar a falta de atendimento público às necessidades dos mais pobres. Ao mesmo tempo, não se taxam as grandes fortunas ou os ganhos do capital especulativo. Como outros países, o Brasil continua sob o peso de uma "dívida externa opressiva" (EA 22) e a corrupção, quase sempre impune, desvia recursos públicos vultosos.

Diante desse quadro, urge que, com gestos concretos, nossas comunidades se solidarizem com todos os que sofrem os efeitos da crise, especialmente os desempregados. Acreditamos na auto-organização do povo com base na ajuda mútua. Apoiamos a reivindicação de direitos e estimulamos a participação nos movimentos sociais, sindicais e políticos que lutam pela justiça.

Apelamos para a consciência ética de todos os brasileiros, na busca de soluções para os problemas nacionais, pois "não podemos deixar o futuro do país ao livre jogo das forças econômicas nem à decisão exclusiva da autoridade pública" (GS 15).

"Não é ele o filho do carpinteiro?" (Mt 13,55).

No dia 1º de maio, Festa de São José Operário e Dia do Trabalhador, homenageamos os homens e as mulheres que produzem com seu trabalho o pão nosso de cada dia e proclamamos o valor santificador e evangelizador do trabalho.

A proximidade do Grande Jubileu nos convida a retomar os caminhos da Justiça Social e de Vida para todos. Peçamos à Mãe e Senhora Aparecida que nos faça ouvir, de novo, o chamado de Deus a tornar este mundo a casa de todos, fruto da criação divina e do trabalho de homens e mulheres a serviço da vida e da esperança.

Itaici, Indaiatuba-SP, 22 de abril de 1999

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO POR OCASIÃO DO 14º CONGRESSO EUCARÍSTICO NACIONAL "VENHAM TODOS À CEIA DO SENHOR"

Nós, Bispos católicos do Brasil, desejamos unir nossa fé à de todos os irmãos e irmãs que vieram a Campinas, cidade-santuário, que, feliz, acolhe nestes dias peregrinos de todo o Brasil, para adorar e bendizer Nosso Senhor Jesus Cristo, ressuscitado e que vive presente no meio de nós.

Saudamos, com alegria, em comunhão com o Papa João Paulo II, a todos os participantes do 14º Congresso Eucarístico Nacional a quantos em nosso país, reunidos nas comunidades, louvam a Deus pelo dom inestimável da Eucaristia, "fonte da missão e vida solidária".

"Viemos à Ceia do Senhor" para agradecer a infinita bondade de nosso Redentor que, "tendo amado os seus, amou-os até o fim" (Jo 13,1). Bom Pastor, Cordeiro Imolado, deu sua vida por nós, entregou seu Corpo e seu Sangue para a remissão de nossos pecados. Na força do Espírito, reconciliou-nos com o Pai e entre nós. Jesus, único Mediador, celebra para sempre a Nova e Eterna Aliança de paz para a humanidade.

Desejamos renovar o convite às comunidades e a cada irmão e irmã para, unidos num só coração, elevarmos a Deus Uno e Trino a gratidão pelo dom de Jesus na Eucaristia.

Como, irmãos e irmãs, mostrar nosso reconhecimento a Jesus, Divino Redentor?

O Congresso Eucarístico Nacional intensificou a fé e a devoção das comunidades em todo o Brasil. Nesses dias, recebemos benefícios especiais que nos auxiliam a crescer no desejo de santificar o "Dia do Senhor", participar freqüentemente da Celebração Eucarística e de adorar, com amor, Jesus realmente presente no Santíssimo Sacramento.

Nossa resposta seja o cumprimento generoso do projeto "Ser Igreja no Novo Milênio", que nos permitirá dar continuidade à graça do Grande Jubileu e, a exemplo das primeiras comunidades dos Atos dos Apóstolos, perseverar na fração do pão, na comunhão fraterna, no zelo missionário e prática da doação ao próximo.

Louvemos a Cristo, que, ao unir-nos, como ramos à videira, ajuda-nos com a seiva da graça a viver na caridade, a perdoar ofensas, superar distâncias e ressentimentos, estreitar laços de fraternidade, para que a Igreja seja, em nosso país, sal, luz e fermento de um novo milênio, segundo o desígnio de Deus: "Que todos sejam um".

Louvemos a Cristo, porque seu Corpo e seu Sangue são alimento e bebida que nos fortalecem no caminho e dão ânimo e ardor para evangelizar, levando a todos, neste mundo marcado pela violência e injustiça, a mensagem de paz e esperança de vida feliz. A Eucaristia é, também hoje, energia e coragem dos mártires, dos missionários e de todos que anunciam, pelo testemunho da fidelidade cotidiana, a beleza do Evangelho.

Louvemos a Cristo, porque pelo Corpo entregue e pelo Sangue derramado nos move a darmos, também nós, a vida pelos irmãos.

Fortifique-nos o Senhor Jesus para levarmos o pão da Palavra aos que carecem de sentido na vida e o pão, que pela partilha fraterna vence a fome e a miséria de milhões de excluídos.

Que o Congresso Eucarístico vivifique a fé nas comunidades cristãs, desperte novas vocações sacerdotais e religiosas e faça que todos descubram a alegria de servir os mais necessitados, os aflitos e os que ficam à margem da vida. Renove em nós a esperança terrena e eterna, no empenho de construir a sociedade solidária, com a distribuição justa de bens e oportunidades para todos e a certeza da promessa dos bens futuros.

A prática da caridade nas comunidades volte-se, com espírito fraterno, aos que aguardam da Igreja de Cristo o testemunho do especial compromisso com os

mais pobres que anseiam pela vida digna de Filhos de Deus.

A vivência da Eucaristia há de apressar o dia em que todos em nossa Pátria possam ter acesso à terra, à água, moradia, trabalho, educação e saúde, no ambiente de respeito aos valores éticos, concórdia e segurança.

A todos enviamos nossa mensagem de esperança e alegria. Seja a Eucaristia a força das crianças, o entusiasmo dos jovens, a união das famílias, a paciência nas provações, o alento de todos que lutam e sofrem pela justiça e a paz.

Confiamos à intercessão materna de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, os frutos do 14º CEN, pedindo que nos ensine a cantar e louvar o Senhor pelas grandes maravilhas que realiza em nós. Louvemos ao Senhor porque Ele é bom e sua misericórdia é infinita.

Itaici, Indaiatuba-SP, 20 de julho de 2001

BRASIL: APREENSÕES E ESPERANÇAS DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE O MOMENTO ATUAL DO PAÍS

Nós, Bispos da Igreja Católica, reunidos na 39ª Assembléia Geral da CNBB, de 12 a 21 de julho de 2001, em Itaici – Indaiatuba, SP, representamos as duzentas e setenta dioceses pelas quais a Igreja Católica continua hoje sua presença de 500 anos a serviço da evangelização do povo brasileiro. Partilhamos nosso compromisso de pastores e expressamos apreensões diante do difícil momento do País. Nosso povo de tradição cristã tem Jesus Cristo como fundamento de sua vida. Nossa palavra brota, pois, do Evangelho, como boa notícia para nossas comunidades. Queremos oferecer-lhes palavras de alerta, de apoio e de esperança, pois o Bom Pastor conhece e ama suas ovelhas (Jo 10,1-10).

Verificamos um clima de angústia e perplexidade. A solicitude pastoral não nos deixa ficar indiferentes. Sintonizamos com as palavras de João Paulo II ao falar, no dia 8 deste mês de julho, para os jovens preocupados com os rumos da reunião dos Dirigentes dos oito países mais ricos do mundo — G8, em Gênova:

"Vocês não podem resignar-se a um mundo em que outros seres humanos morrem de fome, permanecem analfabetos e ficam sem trabalho. Vocês defenderão a vida em cada momento do seu desenvolvimento terreno, e se esforçarão com toda a energia para tornar esta terra sempre mais habitável para todos" (Oração do Angelus do dia 8/7/2001, *L'Osservatore Romano* de 9/7/2001).

A sociedade brasileira está vivendo uma profunda crise ética, diante da qual já se manifestam salutares reações, fazendo crescer a rejeição da impunidade. Torna-se urgente reverter a crescente decepção do povo diante de políticos e instituições, por uma vigorosa retomada dos critérios éticos, como base de toda a ação humana. A falta de referências éticas leva à degradação, manifestada pela avidez desenfreada da riqueza, do poder e do prazer, onde só contam as vantagens pessoais, o lucro, a produtividade e as leis do mercado, que passam a ser parâmetros absolutos, não se levando em conta a dignidade das pessoas e o bem do povo. A crise, nas suas raízes, é também de ordem religiosa, com enfraquecimento da fé e da vivência concreta do Evangelho, e conseqüente desagregação das famílias em prejuízo especialmente da juventude.

É preciso recolocar a pessoa humana, imagem de Deus, como centro de referência de toda a organização social. A economia, o trabalho, a ciência e a técnica devem estar a serviço da pessoa, e não a pessoa a

serviço destas realidades. Não se pode jamais perder de vista o progresso ético e espiritual da pessoa humana. Onde a ordem do mundo não coloca a dignidade do homem, imagem de Deus, como meta e centro de toda a organização social, Deus não é testemunhado e adorado como Criador e Redentor da humanidade e do universo.

Apreensões

Acompanhamos com viva apreensão o retrato de nossa pátria, divulgado fartamente pela imprensa nestes últimos dias com um elenco de situações preocupantes.

A exemplo do profeta Jeremias, denunciamos a violência e a fome, no campo e nas cidades (Jr 14,18), solidários com nosso povo em seus sofrimentos e esperanças, sobretudo na região semi-árida que sofre na atualidade o impacto de mais uma grande seca, associada ao descaso dos governantes e à falta de vontade política para ações estruturadoras.

Mesmo com a melhoria de alguns índices econômicos, persistem as injustas desigualdades sociais, evidenciadas pela recente Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios e outros estudos. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o número de indigentes no Brasil chega a 50 milhões, representando

29% da população. Continuam os privilégios e as práticas que mantêm as estruturas injustas da sociedade.

A corrupção cada vez mais disseminada, agredindo a consciência do povo, inclusive com o uso da mentira, e levando ao descrédito das instituições, ainda não foi eficientemente combatida e que continua sendo estimulada pela impunidade.

O aumento da insegurança leva à angústia diante do recrudescimento da criminalidade, da dificuldade de encontrar emprego, sobretudo para os jovens, ou medo de perdê-lo, da insuficiência do salário e da incerteza dos rumos do País.

O crescimento da violência pode ser fruto do desespero de muitas pessoas, mas é também reação diante da impunidade, e conseqüência das injustiças existentes em nossa sociedade e da inércia em enfrentá-las.

Continua o desrespeito às populações indígenas que clamam por uma justa demarcação de suas terras. O impasse persistente da Reforma Agrária mostra a necessidade de estabelecer limite máximo à propriedade rural, como está sendo proposto por campanha nacional à qual nos associamos. A agricultura familiar necessita do justo apoio que a viabilize, para estancar o êxodo rural em direção às periferias e favelas.

Preocupa-nos o aumento assustador da dívida do Brasil, tanto externa como interna. Ela condiciona a

ação do governo, submete a economia do país a interesses especulativos, impede políticas públicas que atendam às necessidades básicas da população, inviabiliza investimentos necessários e torna setores econômicos quase insustentáveis.

A crise energética, que despertou o povo para uma salutar atitude de austeridade, reforçou as dúvidas sobre a política de privatizações e começa a ter graves conseqüências nos níveis de emprego e atividade econômica, minando a confiança na administração pública.

A Amazônia, com toda sua complexidade, do ponto de vista da ecologia, da biodiversidade e da sua importância geopolítica, torna-se uma questão nacional, a ser seriamente assumida por todos.

Estamos também preocupados com a situação das prisões, onde irmãs e irmãos nossos se vêem relegados a condições desumanas que nada ajudam para a sua recuperação e reinserção na sociedade. Neste sentido, nos opomos às tentativas em curso do rebaixamento da idade penal para os infratores adolescentes, pois achamos que esta não é providência adequada para a solução dos problemas existentes. Também nos preocupa a crescente onda de crime organizado, num claro desafio à ordem política e social.

A Campanha da Fraternidade deste ano alertou para o perigo das drogas e mostrou a necessidade de

uma ação permanente e organizada em favor dos dependentes químicos, incentivando a organização da pastoral da sobriedade em nossas comunidades.

Perspectiva

Urge viabilizar um projeto de desenvolvimento nacional, que mobilize a população e valorize as potencialidades de nosso país, para que sejam usadas com discernimento e responsabilidade, visando à integração solidária do Brasil no contexto mundial, de acordo com o espírito de fraternidade que é patrimônio de nossa tradição cristã.

Para que esse projeto seja viável, é imprescindível contar com os instrumentos adequados para sua implementação. Neste contexto vemos a urgência de avaliar os resultados das privatizações e rever seu processo, buscando garantias de que se preserve o caráter público das atividades que atendem aos direitos dos cidadãos, e para que todos os setores da sociedade contribuam para o verdadeiro desenvolvimento do país e para o bem comum do povo brasileiro.

Chegou a hora de um combate decidido contra a corrupção. Sua persistência mostra a necessidade de buscar as raízes históricas da perversa cultura de corrupção implantada no Brasil. Ela se nutre da impunidade, acobertada pela conivência, que se torna

cumplicidade, incentivada por corporativismos históricos, habituados a usar em benefício de interesses particulares as estruturas do poder público, seja do Executivo, como do Judiciário e do Legislativo, como de todas as instâncias públicas. É antiético acobertar, por partidarismo político ou lealdade de confraria, o erro de alguém que prejudica o bem comum. Conclamamos todas as instituições de nossa sociedade a reverem suas práticas, para que se desencadeie um grande esforço nacional, a fim de erradicar a praga da corrupção que corrói o exercício da democracia.

Fazemos nossas as inquietações que vão se avolumando no mundo diante dos rumos perversos do atual processo de globalização, que quer reduzir a humanidade aos interesses egoístas de alguns, em prejuízo da vida da maioria.

Nesta perspectiva, urgimos a necessidade de denunciar a ameaça que paira sobre o nosso continente, com a proposta da Associação de Livre Comércio da América — ALCA. Apoiamos a resistência do governo brasileiro, e em nome da vida e da dignidade de nossos povos rejeitamos com veemência este instrumento de dominação que nos está sendo imposto, que ignora os objetivos sociais da economia, reduz as pessoas a consumidores, desrespeita as diferenças culturais, só se interessa pela expansão do mercado e desconsidera inteiramente as desigualdades sociais e a

concentração de renda que se tornaram características dolorosas do Brasil e da América Latina.

A Palavra do Papa nos estimula a reafirmar que "a fé não pode deixar os cristãos indiferentes diante dessas questões de importância mundial. Ela os impele a interpelar, com espírito propositivo, os responsáveis pela política e pela economia, urgindo que o atual processo de globalização seja fortemente governado pelas razões do bem comum dos cidadãos do mundo inteiro, na base das irrenunciáveis exigências da justiça e da solidariedade" (Oração do Angelus do dia 8/7/2001, *L'Osservatore Romano* de 9/7/2001).

Esperanças

Gostaríamos de partilhar com todos "a esperança que não engana" (Rm 5,5); ela nos vem do Deus da vida e Senhor da história.

Em primeiro lugar, motiva-nos o exemplo do povo simples que em meio às dificuldades realiza o milagre cotidiano de sua sobrevivência, na luta diária e na solidariedade fraterna de pobre ajudando o pobre. Testemunho comovente foi dado pelos catadores de materiais recicláveis, que se reuniram em Brasília, manifestando a toda a nação sua organização e sua consciência cívica.

Outro sinal de esperança nos vem do semi-árido, pela constituição e fortalecimento de associações comunitárias e pela articulação de outras numerosas entidades que atuam no programa de construção de um milhão de cisternas, provando a viabilidade de projetos comunitários no enfrentamento da seca, e mostrando a possibilidade de convivência com o semi-árido.

Constatamos com alegria o dinamismo da sociedade brasileira, através de um grande número de práticas criativas dos Movimentos Sociais, de experiências de economia solidária e de redes que articulam as mais diferentes iniciativas das bases sociais.

Tais iniciativas sinalizam as energias morais que são patrimônio do povo e que animam nossa esperança de reverter os rumos da atual crise e reencontrar os caminhos da construção de uma sociedade justa e solidária em nossa pátria. A experiência do voluntariado aponta para novos caminhos de serviço e de solidariedade que a Igreja Católica quer valorizar sempre mais.

No quadro desta mobilização, chamamos a atenção para a importância especial das eleições do próximo ano, como oportunidade preciosa de repensar o Brasil. Urge eleger pessoas capazes de aglutinar a vontade política, de criar um consenso efetivo para concretizar as mudanças necessárias e de implementar providências indispensáveis para colocar a ordem ju-

rídica, social, cultural, política e econômica sempre a serviço da vida e da dignidade dos brasileiros. Neste processo os partidos políticos têm, em primeiro lugar, a insubstituível responsabilidade de apontar candidatos que tenham condições de assumir funções públicas, com clara plataforma e compromisso de governar democraticamente.

É igualmente indispensável expurgar as eleições de toda espécie de corrupção eleitoral, que instrumentaliza a pobreza do povo e usa o poder econômico e a máquina administrativa para assegurar a continuidade do poder político nas mãos de quem o exerce em proveito próprio de grupos corporativos ou de organizações partidárias. Daí a importância do Seminário Nacional para Juízes e Promotores Eleitorais, a realizar-se em Brasília no próximo mês de agosto, promovido pela Comissão Brasileira Justiça e Paz, com o apoio do Tribunal Superior Eleitoral, visando às eleições de 2002.

Neste início de novo milênio, em que uma globalização excludente ameaça toldar o horizonte da humanidade, saudamos a iniciativa de entidades da sociedade civil, promovendo o Fórum Social Mundial, realizado no início deste ano em Porto Alegre, e em vias de concretizar um processo mundial de busca de saídas para as ameaças que o império do lucro faz pesar sobre o mundo, até no que respeita à vida no planeta terra. A esta reação queremos nos associar,

excluindo toda manifestação de violência, amparados em nossa fé cristã. Convidamos as instâncias públicas a acolherem este clamor que cresce dia a dia, trazendo contribuições positivas para enfrentar os desafios que hoje se apresentam à nossa pátria. Queremos saudar e desejar êxito à Conferência Mundial da África do Sul sobre racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata.

Lembramos as palavras dos Bispos Latino-Americanos reunidos em Puebla (nn. 1134-1165) que nos conclamam para uma vida simples, sóbria e austera, privilegiando o serviço fraterno aos mais pobres entre os pobres; a ajudar as instituições que cuidam dos deficientes e doentes, idosos solitários, crianças, menores abandonados, presos, portadores de HIV e todos os que pedem a proximidade misericordiosa do Bom Samaritano (Lc 10,25-37). A vida, a família, a dignidade da pessoa humana são valores inalienáveis, e fonte perene de discernimento para todos. Toda e qualquer discriminação social é injusta.

A Campanha da Fraternidade do próximo ano, abordando o tema dos povos indígenas, nos levará a refletir sobre as raízes da nação brasileira, e agir para que seja respeitada e valorizada a cultura destes povos, e lhes sejam asseguradas condições dignas de existência.

A paixão pela verdade na realidade do nosso país, com tamanha concentração de renda, se traduz em

paixão pela justiça, para nos colocar a serviço da vida nas pegadas de Jesus que veio "para que todos tenham vida, e vida em abundância" (Jo 10,10). O sangue de tantos mártires que morreram por causa da justiça continue fecundando nossa solidariedade!

Neste clima de angústias e esperanças, queremos nos sentir todos envolvidos, como Igreja que busca sua renovação permanente, num processo evangelizador inspirado na vida das comunidades dos Atos dos Apóstolos.

A celebração do 14º Congresso Eucarístico Nacional de Campinas, SP (19 a 22 de julho de 2001), nos aponta a EUCARISTIA como FONTE DA MISSÃO E VIDA SOLIDÁRIA, estimulando também a partilha da terra para que haja mais pão para todos. Seja ele a expressão e a garantia do Brasil fraterno e justo que todos sonhamos, inserido solidariamente na fraternidade universal.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, nos fortaleça com sua intercessão para que Deus nos abençoe em nossas apreensões, perspectivas e esperanças.

CNBB: 50 ANOS

Mensagem da 40ª Assembléia da CNBB ao povo brasileiro

Aos queridos fiéis católicos, aos irmãos na fé cristã e a todos os cidadãos brasileiros e brasileiras dirigimos a nossa saudação sincera e os votos de felicidade e bênçãos divinas.

Há 50 anos, desde 14 de outubro de 1952, nós, Bispos da Igreja Católica no Brasil, estamos reunidos e organizados em "Conferência Nacional dos Bispos do Brasil", a CNBB.

O que é a CNBB

A fundação da CNBB nasceu do sonho e do empenho de dar ao episcopado maior unidade de pensamento e de ação, numa sociedade em rápido desenvolvimento, garantindo uma estrutura permanente, que facilitasse o exercício da comunhão e da co-responsabilidade na missão própria dos bispos. Segundo a feliz definição do recente Sínodo reunido em Roma, o Bispo é chamado a ser "servidor do Evangelho para a esperança do mundo".

A missão dos Bispos e da Igreja

A missão do Bispo continua a missão dos Apóstolos: anunciar o Evangelho de Cristo e zelar pela unidade e o bem do povo a ele confiado, como o pastor cuida do rebanho para que tenha a plenitude da Vida, segundo a expressão de Jesus (Jo 10,10). A caridade do pastor, porém, não se limita à comunidade eclesial. Ela frutifica "no compromisso de amor ativo e concreto a cada ser humano" (João Paulo II, *Novo Millennio ineunte,* 49). E o Papa nos lembra: "Se verdadeiramente partimos da contemplação do rosto de Cristo, devemos saber vê-lo no rosto daqueles com quem ele mesmo quis identificar-se: 'Pois eu estava com fome e me destes de comer; estava com sede e me destes de beber; era estrangeiro, e me recebestes em casa; estava nu, e me vestistes; doente, e cuidastes de mim; na prisão, e me visitastes...' (Mt 25,35-36)".

A ação evangelizadora da CNBB

A CNBB iniciou suas atividades nos anos 50, valendo-se, também, da experiência nacional da Ação Católica, unindo às preocupações pastorais básicas, como a promoção da família cristã e das vocações sacerdotais, o interesse por grandes temas nacionais, como o desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, a reforma agrária, o acesso à educação. Nos diversos

níveis da sua ação — nacional, regional, local — recebeu, desde o início, a colaboração generosa e abnegada de leigos e leigas, presbíteros, religiosos e religiosas, aos quais expressamos nossa gratidão.

Nos anos 60, a CNBB participou ativamente do Concílio Ecumênico Vaticano II, cujas determinações procurou divulgar e implantar no Brasil por meio do Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970), seguido, mais tarde, pela elaboração de novas "Diretrizes Gerais da Ação Pastoral". Contribuiu, na mesma época, para a recepção do Concílio no continente, tendo atuação expressiva na Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín (1968). Cuidou da reforma litúrgica e da tradução dos novos livros, oferecendo, até hoje, subsídios para orientação e incentivo da participação ativa dos fiéis na oração comunitária da Igreja. Promoveu o diálogo ecumênico com as Igrejas cristãs, consolidando mais tarde laços de solidariedade e cooperação com o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC) e incentivando o diálogo inter-religioso.

Nos anos 70, a CNBB distinguiu-se na defesa dos Direitos Humanos, na luta contra a tortura, na reivindicação da democratização do País. Ao mesmo tempo, voltou-se, com maior empenho, para a defesa dos direitos dos lavradores e dos trabalhadores urbanos e à promoção das comunidades eclesiais de base, confiadas a ministros leigos e leigas e a religiosas, tanto no

campo quanto nas periferias urbanas, em rápida expansão. Cresceu em ardor missionário e se empenhou firmemente na defesa dos povos indígenas.

Nos anos 80, favoreceu a manifestação dos anseios populares e de sua acolhida na Constituição da República, em 1988, inclusive a manutenção do ensino religioso nas escolas públicas; ao mesmo tempo, incentivou a participação dos leigos e leigas católicos em movimentos sociais e políticos e infundiu novo vigor à ação catequética e à formação sacerdotal, agora estimulada por forte aumento de vocações ao ministério presbiteral.

Nos anos 90, empreendeu os caminhos da "nova evangelização", em resposta à emergência de novos anseios na cultura e no comportamento, sem descuidar da defesa dos direitos dos pobres e dos excluídos, gerados pela modernização seletiva, que enriqueceu alguns e produziu desemprego, precariedade e novas formas de pobreza para muitos.

Atendendo ao apelo do Papa João Paulo II, a CNBB animou o povo cristão a se preparar à celebração do Grande Jubileu da Encarnação. O Projeto "Rumo ao Novo Milênio" despertou nas comunidades nova consciência missionária e testemunho evangélico, trazendo nova esperança ao povo.

O desenvolvimento recente acentuou, ainda mais, a diferenciação da sociedade brasileira e seu

pluralismo religioso, cultural e político, tornando mais complexa a ação da CNBB e dividindo as opiniões a seu respeito. Entretanto, reafirmamos o dever do episcopado de enfrentar questões sociais, pois temos consciência de nossa co-responsabilidade na construção de uma sociedade livre e pacífica, justa e fraterna, e porque nos esforçamos para remover obstáculos à difusão do Evangelho e dar testemunho da nossa fé em Cristo, que "por sua encarnação uniu-se de certo modo a cada ser humano" (*Gaudium et Spes* 22).

A unidade com toda a Igreja e com o Papa

Reafirmamos a missão do episcopado de cuidar não somente da unidade da Igreja em nosso país, mas de sua comunhão com as Igrejas do continente e do mundo, em particular com a Igreja de Roma, a Sé Apostólica de Pedro. Queremos expressar a nossa gratidão ao Papa Pio XII, que aprovou os primeiros Estatutos da Conferência — apresentados por Dom Helder Câmara, que da Conferência foi ardoroso promotor e primeiro Secretário-Geral —, e ao Papa Paulo VI, que sempre nos demonstrou estima e encorajamento.

Expressamos nossa gratidão ao Santo Padre João Paulo II, que visitou três vezes o nosso país em suas viagens apostólicas e que saudou a celebração dos 50 anos da nossa Conferência em carta, trazida à nossa

Assembléia pelo Cardeal Giovanni Battista Re. Da carta destacamos as palavras: "A presença zelosa e vigilante dos Bispos na vida nacional, tal como fermento no meio da massa, serviu de estímulo corajoso para ajudar a percorrer o caminho traçado pelo Concílio Vaticano II, mormente no campo da vida eclesial, da justiça social e da unidade entre os cristãos...".

Discernir os novos sinais dos tempos

O Santo Padre lembrou, também, que "a amplidão, profundidade e rapidez das transformações no mundo em que vivemos" obrigam os bispos a se aplicarem, especialmente, no discernimento dos sinais dos tempos.

É o que a nossa Conferência procurou fazer na presente Assembléia, olhando para suas perspectivas futuras. Há anos, constatamos em nossa sociedade o crescimento do individualismo e da permissividade e o afrouxamento da consciência de valores éticos fundamentais. Estas tendências permeiam tão profundamente a sociedade que não deixam de ameaçar e, às vezes, atingir, também, os fiéis cristãos. Alegra-nos, por outro lado, a emergência de novos anseios de espiritualidade e de experiência de Deus, assim como o multiplicar-se de movimentos e práticas de solidariedade, de defesa do meio ambiente, de disposição para cons-

truir uma nova sociedade por meio do serviço voluntário e gratuito.

Sentimos, sobretudo, a necessidade de renovação moral, que à ganância e ao desrespeito violento dos direitos e da dignidade das pessoas, particularmente das crianças, oponha profundo e generoso apreço à vida humana e à família e a prática ativa do bem e do serviço, em primeiro lugar aos mais necessitados. Igualmente, comprometemo-nos a trabalhar pela paz no mundo, particularmente na terra de Jesus, assim como em nossas cidades, marcadas por homicídios, seqüestros e outros atos de violência, até dentro das paredes do lar!

Apelo para o Mutirão contra a Miséria e a Fome

Convocamos especialmente todos os fiéis católicos a se unirem conosco e com todas as pessoas de boa vontade, em entendimento com as autoridades e instituições públicas, num *Mutirão Nacional pela Superação da Miséria e da Fome.* Esperamos que tal iniciativa seja um esforço coletivo que marque o início de nova etapa da história do Brasil, invertendo a tendência para a concentração da riqueza às custas do sofrimento de muitos, garantindo a todos os brasileiros o direito à vida e à alimentação. Ela será o sinal de que outra sociedade é possível, justa e fraterna, sem violência e discriminações, mais conforme ao plano de Deus.

Continuando a nossa missão

Reafirmamos nossa vontade de conviver pacificamente com todas as religiões e culturas, no respeito ao pluralismo e às diferenças. Nessa sociedade pluralista, justa e não-violenta, queremos continuar a nossa missão de anunciar a Cristo, na certeza de que só Ele é para todos o Caminho da esperança e da vida. E queremos partilhar "alegrias e esperanças, tristezas e angústias" de nosso povo, que está presente em nosso coração e em nossas orações, como fizemos na peregrinação ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, no domingo 14 de abril, para agradecer a Deus os dons recebidos e também para pedir perdão por nossa faltas, quando não fomos, plenamente, testemunhas do Evangelho.

Nos próximos meses, com estudos e eventos, continuaremos celebrando os cinqüenta anos de nossa história, pedindo ao Espírito Santo que nos ajude a compreender melhor o nosso tempo e a manter fidelidade à nossa missão, para que possamos ser efetivamente servidores do Evangelho, portadores de vida e de esperança para todos.

Itaici, Indaiatuba-SP, 18 de abril de 2002

MENSAGEM DA CNBB PARA O 1º DE MAIO DE 2003

O desemprego de milhões de brasileiros e o conseqüente empobrecimento gradativo da população atingida afligem a sociedade, o governo e a Igreja. Na raiz desta situação está a conjuntura nacional e internacional, marcada pela globalização de perfil neoliberal, que revela um mundo em profundas transformações econômicas, políticas e culturais. Há duas décadas, ela vem gerando um desemprego enorme de características estruturais, praticamente em todo o mundo.

Voltando-nos, em especial, à pessoa do desempregado, na situação brasileira, notamos imediatamente como sua família toda é envolvida em conseqüências negativas graves de instabilidade econômica e empobrecimento. Acrescente-se o sentimento de inconformidade, exclusão e inutilidade na pessoa desempregada. Resulta que a vida familiar muitas vezes entra em crise, quando não desmorona. Dos desempregados, muitos partiram para o trabalho informal. Para outros, ainda empregados, ao diminuírem os postos de trabalho, aumentaram as horas extras. Salários baixos levaram outros a buscar um segundo emprego para completar a renda familiar, sobrecarregando seu horário de trabalho. O aumento da violência e o alto índice de

assassinatos entre os jovens certamente têm a ver também com o desemprego, entre outras causas.

Ante a crise do desemprego, neste 1º de maio, nós, bispos da CNBB, reunidos em Assembléia Geral, em Itaici, município de Indaiatuba-SP, convidamos toda a Igreja, a sociedade, o poder público e os próprios trabalhadores a refletirem sobre o trabalho e a difícil situação dos desempregados. O princípio condutor deve ser *a primazia do trabalho sobre o capital*.

O trabalho ocupa particular centralidade na solução dos problemas sociais. O Papa João Paulo II, na sua Carta Encíclica sobre o trabalho humano, intitulada *Laborem Exercens* (1981), afirma que "o trabalho é uma chave, provavelmente a chave essencial, de toda a questão social", por isso "assume importância fundamental e decisiva" (n. 3).

Novas esperanças surgiram com a eleição e a posse dos atuais dirigentes do País, algumas agora já transformadas em projetos sociais de emergência e em propostas de reformas estruturais. Contudo, é importante que a sociedade toda contribua na discussão das políticas públicas e na sua realização. Tudo tem pressa, pois o sofrimento dos pobres urge soluções. Na Bíblia se lê: "O salário, do qual privastes os trabalhadores que ceifaram vossos campos, clama, e os gritos dos ceifeiros chegaram aos ouvidos do Senhor" (Tg 5,4) e as palavras de Jesus: "Tudo o que fizestes a um

desses irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes [...] e tudo o que deixastes de fazer a um desses pequeninos, foi a mim que o deixastes de fazer" (Mt 25,40.45).

Neste contexto e a partir do programa "Mutirão Nacional para a Superação da Miséria e da Fome", de 2002, da CNBB, saudamos e apoiamos o programa "Fome Zero" e a manifesta vontade do novo governo de avançar nas reformas sociais.

Sugerimos ainda o que segue. Criar empregos, repartindo melhor o trabalho existente. Na medida do possível, eliminar as horas extras e a sobrecarga de trabalho. Aumentar progressivamente o salário mínimo. Favorecer o surgimento de pequenas empresas para aumentar os postos de trabalho. Implantar e expandir formas de microcrédito popular. Realizar com urgência as reformas previdenciária, tributária e agrária, esta acompanhada de uma adequada política agrícola. Introduzir e ampliar formas de renda mínima para todos os brasileiros. Multiplicar serviços de apoio aos desempregados, através de parcerias entre o governo e organizações da sociedade. Dar atenção especial às mulheres trabalhadoras, que sustentam suas famílias com seu trabalho não suficientemente reconhecido, amparado e remunerado. Ir ao encontro dos jovens pobres e excluídos das periferias, oferecendo-lhes escola, qualificação profissional, lazer, cultura, valores éticos, espirituais e religiosos, bem como perspectivas

concretas de trabalho. Implantar programas de Primeiro Emprego. Promover um sistema socioeconômico mais solidário, que inclua melhor e promova as iniciativas de associações, cooperativas, sistemas financeiros alternativos e atividades semelhantes.

A todos os trabalhadores e trabalhadoras, tanto da cidade como do campo, em especial aos desempregados, e aos idosos, muitas vezes com aposentadoria insuficiente, a nossa especial e carinhosa bênção. Por intercessão de Nossa Senhora Aparecida e de São José Operário, Deus os proteja e conforte!

1º de maio de 2003 – Dia Mundial do Trabalho

Conselho Permanente de 1997 a 2003

JUSTIÇA E PAZ NA TERRA

Os Bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, reunidos em Brasília de 26 a 29 de novembro de 1996, na proximidade das Festas de Natal, retomamos com esperança cristã a mensagem dos Anjos em Belém ao anunciarem o nascimento de Jesus: "Glória a Deus nas alturas, e paz na terra aos homens de boa vontade" (Lc 2,14).

Um passo importante para a paz na terra será dado em nosso país, se for implantada, sem demora, a verdadeira e justa Reforma Agrária, junto com adequada política agrícola, que a sociedade espera. De fato, a Reforma Agrária no Brasil é um sonho antigo, cuja realização se tornou agora indispensável. Que ela não seja frustrada por falta de colaboração adequada de todos os que têm responsabilidades pela sua realização.

Por isto, ao findar este ano no qual o triste massacre de Eldorado dos Carajás sacudiu nossas consciências e apontou com ainda maior clareza a urgência da Reforma Agrária, reiteramos nossos apelos com a contundência das palavras do Papa: "No Brasil a Reforma Agrária não pode fracassar!".

Mas para que ela não fracasse, é necessária a colaboração responsável de todos.

Vivemos um momento propício para que finalmente se efetivem medidas concretas de Reforma Agrária. A sociedade brasileira percebe, como nunca, sua necessidade, reconhece a legitimidade de movimentos populares que lutam pela terra e condena a intransigência dos setores que querem, a qualquer custo, manter seus injustos privilégios.

Apelamos ao Congresso Nacional para que aprove, sem protelações, os Projetos de Lei que se destinam a agilizar o processo de Reforma Agrária que se encontram paralisados no Senado Federal, como é o caso do Rito Sumário para as desapropriações e o das Liminares.

A recente Medida Provisória sobre o Imposto Territorial Rural (ITR), se efetivada dentro dos seus objetivos, pode se tornar instrumento eficaz de destinação da terra à sua finalidade social.

Com o reconhecido empenho em resolver conflitos localizados, esperamos que o Governo todo assuma com convicção a causa da Reforma Agrária, na amplidão que ela possui para enfrentar o problema do êxodo rural, do desemprego, da fome e da exclusão social.

Como diversos juízes já demonstraram, é possível superar, no exercício do Poder Judiciário, uma visão legalista que absolutiza o direito de propriedade e

reconhecer o direito à vida e à integridade das pessoas pobres e desvalidas.

A mensagem dos Anjos em Belém fala de paz na terra. Que ela não seja impedida por falta da boa vontade dos homens. Viver o Natal, neste início de preparação para o Grande Jubileu do Ano 2000, implica também efetivo empenho de todos nós a fim de que na terra brasileira aconteça a paz, como fruto da justiça social e da concórdia entre os homens nos lares e na sociedade.

Brasília-DF, 28 de novembro de 1996

DECLARAÇÃO DA CNBB EM FAVOR DA VIDA E CONTRA O ABORTO

A Comissão de Constituição e Justiça, da Câmara Federal, aprovou, recentemente, ainda que por margem mínima, o Projeto de Lei n. 20-A (1991), que "dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto, previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde". Trata-se do Art. 128 do Código Penal de 1940, que estabelece a despenalização do aborto em casos de estupro ou grave risco de vida para a gestante e que este projeto pretende regulamentar.

A Igreja no Brasil, em seguimento de Jesus Cristo, que veio para que tenhamos vida, e a tenhamos em abundância (cf. Jo 10,10), dá, mais uma vez, através desta declaração, seu testemunho em favor da vida humana, desde sua concepção até seu desfecho natural, baseada nas graves palavras da Bíblia: "Não matarás".

Ao mesmo tempo, ela compartilha as angústias, tristezas e sofrimentos de todos, principalmente dos pobres e dos que mais sofrem. Ela é solidária com a gestante em risco de vida ou vítima de estupro. Oferece o perdão de Jesus Cristo aos que fraquejaram, tantas vezes opressos por circunstâncias adversas e procuram se reerguer. Propõe e quer contribuir para que haja sempre novos modos e instituições de defesa, apoio, prote-

ção e assistência às gestantes traumatizadas e aos nascituros em perigo. São formas de misericórdia cristã.

Esta misericórdia se plenifica na verdade. Pois o aborto direto e provocado, inclusive nos casos alegados neste Projeto de Lei, é sempre um atentado grave e inaceitável contra o direito fundamental à vida. "É a morte deliberada e direta, independentemente da forma como venha realizada, de um ser humano". "A percepção da gravidade do aborto vai se obscurecendo progressivamente em muitas consciências. A aceitação do aborto na mentalidade, nos costumes e na própria lei é sinal eloqüente de uma perigosíssima crise do sentido moral." Esta problemática abre vasto campo para o diálogo e o anúncio da parte dos católicos no seio de uma sociedade que hoje é pluralista. Contudo, quaisquer razões, "por mais graves e dramáticas que sejam, nunca podem justificar a supressão deliberada de um ser inocente" (João Paulo II, *O Evangelho da Vida*, n. 58).

Às vezes, insinua-se que a Igreja defende a vida do nascituro em prejuízo do direito da mãe. Na verdade, ela defende e procura salvar integralmente a ambos.

Além do mais, no caso de estupro, o ser humano concebido é totalmente inocente e indefeso. Como puni-lo com a morte?

Parecer de jurista ilustre indica a inconstitucionalidade do mencionado Art. 128 do Código Penal, uma vez

que o Art. 5 da Constituição Federal considera a vida como o valor mais importante a ser protegido pelo Estado.

Preocupam-nos ainda outros projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que agridem a vida e a família.

Por essas razões, nós, Bispos do Conselho Permanente da CNBB, reunidos em Brasília, de 26 a 29 de agosto, com a presente declaração fazemos veemente apelo, em nome do Episcopado Nacional, aos Legisladores de nosso país, para que se oponham a estes Projetos de Lei e procurem, ao contrário, reforçar a proteção à família e o apoio à vida, desde sua concepção até seu desfecho natural.

Às nossas Comunidades, aos profissionais de saúde e a todas as pessoas de boa vontade, fazemos um apelo premente para que o compromisso com a vida, ameaçada em tantos aspectos, seja a razão de nossas atitudes. Para isto, precisamos de gestos significativos que nos levem a dar assistência às gestantes angustiadas, vítimas de violência ou em risco de vida, bem como amparo aos nascituros e nascidos que são abandonados ou rejeitados. Ao mesmo tempo, façam chegar aos Parlamentares seu apelo contra os referidos projetos de lei.

Que Deus nos ilumine e fortifique na promoção da vida e da esperança!

Brasília-DF, 29 de agosto de 1997

ALERTA À CONSCIÊNCIA DA NAÇÃO

"Caso alguém escandalize um desses pequeninos, que crêem em mim, melhor será que lhe pendurem ao pescoço uma pesada pedra e seja precipitado nas profundezas do mar" (Mt 18,6).

A atenção e mesmo a deferência de Jesus Cristo para com as crianças nos levam, Bispos do Brasil, reunidos em Conselho Permanente da CNBB, de 28 a 30 de outubro de 1997, em Brasília, a unirmo-nos aos representantes de mais de 40 países presentes em Oslo, na Noruega, onde, juntamente com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), definirão uma estratégia mundial para combater a exploração do trabalho infantil.

A tarefa não é fácil, a partir da consideração inicial a respeito da diversidade da realidade de cada país, sobretudo onde o sistema produtivo é familiar ou onde a criança vai sendo introduzida no mundo do trabalho naturalmente, como uma dimensão integrada ao seu próprio crescimento. No entanto, essas situações diferenciadas não devem mascarar o inaceitável da exploração, que aborta as potencialidades da criança, violando sua integridade física, moral e espiritual.

A imprensa noticia que cerca de 250 milhões de trabalhadores do mundo são crianças entre 5 e 14 anos.

No Brasil, o trabalho infantil, segundo estimativas oficiais, explora 3,28 milhões de crianças brasileiras entre 10 e 14 anos, sendo cerca de 1,5 milhão no Nordeste. Estende-se da cultura do sisal às carvoarias e olarias, passa pela cana-de-açúcar e colheita de laranja, freqüenta certas indústrias e inventa dezenas de pequenos expedientes pelas ruas das grandes cidades, inclusive o tráfico de drogas.

Existem várias iniciativas em defesa das crianças, oriundas de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil, com resultados bem localizados. Entidades representativas, dentre as quais a Pastoral do Menor e a Pastoral da Criança, subscreveram com a União e os Estados, em 6/9/1996, um compromisso para a Erradicação do Trabalho Infantil.

Em 13 de maio de 1998, deverão chegar a Brasília milhares de crianças participantes da MARCHA GLOBAL contra o trabalho infantil, em consonância com o que ocorrerá em outros 22 países, preparando sua presença massiva em Genebra no dia 8 de junho de 1998. Na ocasião, reunir-se-á a Assembléia Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que deverá elaborar uma nova Convenção, considerando as pressões do desenvolvimento neoliberal globalizante, que agrava o desrespeito aos direitos humanos amplamente reconhecidos e, particularmente, aos direitos das crianças e adolescentes.

Num modelo de desenvolvimento que gera milhões de "inempregáveis", desejamos que nossas crianças, elas sim, sejam "inempregáveis": que brinquem, estudem e sejam formadas para a vida e para o trabalho, gozando de condições de vida diferentes daquelas que colocam o Brasil da moeda estável em 63º lugar no relatório sobre a Situação Mundial da Infância (UNICEF/1996).

Situações de exploração de trabalho infantil, quando expostas pela mídia, provocam comoção coletiva, mas nem sempre essa sensibilização se transforma em ações efetivas e duradouras. Assim sendo, conclamamos a todas as pessoas conscientes da indignidade da exploração a que ainda são submetidas as crianças, no limiar do Terceiro Milênio, a integrarem um grande mutirão de vigilância e denúncia de situações concretas de trabalho infantil, na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Além disso, pedimos que emprestem apoio decisivo às iniciativas que se multiplicam, unindo entidades diversas, pastorais, empresários e governantes neste esforço comum para restaurar a infância de nossas crianças, o que é certamente abençoado por Deus.

A violação dos direitos das crianças deve suscitar múltiplas iniciativas de solidariedade, ações organizadas de mobilização para exigir políticas eficientes e, sobretudo, a convicção de que o resgate da dignidade

humana passa pela construção de novo modelo de sociedade. Uma sociedade radicalmente democrática, que não dissocie a ética da política e da economia e onde tenham lugar digno todos os seres humanos, sem exclusão de ninguém.

Brasília-DF, 30 de outubro de 1997
Conselho Permanente

DECLARAÇÃO DO CONSELHO PERMANENTE DA CNBB DIANTE DAS ELEIÇÕES DE 1998

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil vê sempre com muita alegria e esperança a realização de eleições no País. É um momento decisivo da vida nacional. O povo, efetivo detentor do poder político, volta a escolher quem deve assumir responsabilidades nas instituições democráticas de governo. Avalia-se o desempenho dos que terminam seus mandatos e as propostas dos candidatos diante dos problemas sociais que o País não resolveu.

A cada eleição a Igreja Católica se mobiliza para que essa reflexão seja feita por todos. Com cartilhas, encontros de formação e debates com candidatos, valoriza-se o dever de votar. A conjuntura é, no entanto, diferente a cada vez.

Neste ano de 1998, vemo-nos diante de avanços na conscientização política do povo, pelo processo de reflexão, mobilização e compromissos em torno do resgate das dívidas sociais. Tivemos também conquistas na busca de solução para nossos problemas, entre as quais o controle da inflação, mesmo que seu combate tenha suscitado outras dificuldades. E há ações em

curso contra abusos que ocorrem tradicionalmente em nossos processos eleitorais.

Mas nos vemos igualmente diante de fenômenos como a globalização da economia, com conseqüências positivas e negativas, bem como diante de uma perigosa persistência da crise social e dos riscos criados pela nova regra relativa à reeleição. O Conselho Permanente da CNBB, composto pela Presidência, pela Comissão Episcopal de Pastoral e pelos Bispos representantes dos Regionais da entidade, reunido em Brasília de 25 a 28 de agosto, considera assim oportuno fazer chegar ao povo brasileiro suas preocupações.

Não se pretende ajudar a eleger este ou aquele candidato, como se a Igreja fosse uma organização de governo ou um partido com bancadas nos parlamentos. Não se quer também favorecer um ou outro partido: o imperativo da pluralidade partidária e da liberdade de opção dos eleitores é essencial ao funcionamento da democracia. O que se busca é estimular a participação consciente e responsável de todos nesse processo em que os eleitores são chamados a pensar na pátria e no Bem Comum. Mais do que assistir passivamente aos programas de propaganda eleitoral, é preciso reunir-se e discutir as propostas apresentadas e avaliar o perfil dos candidatos, tanto para o Executivo como para o Legislativo.

Dívidas sociais — A desigualdade e a concentração da renda, problemas de sempre em nosso país, se agravam. A contenção da inflação, que esperamos seja duradoura, está tendo um preço cada vez maior para o povo brasileiro. O desemprego continua aumentando. Situações que sempre foram graves no Brasil, como a seca do Nordeste, continuam a se arrastar sem solução, revelando inclusive, agora, índices alarmantes, como o aumento da mortalidade infantil em algumas áreas dessa sofrida região. É preciso analisar os projetos dos diferentes candidatos para a sociedade brasileira, sobretudo suas propostas concretas para o resgate das dívidas sociais que continuam pesando sobre a maioria do povo.

Processo de globalização — As economias de todo o mundo se integram hoje em um nível e rapidez nunca vistos, com profundas repercussões no enfrentamento dos problemas sociais internos de cada país. O modo como o Brasil se insere nessa economia globalizada constitui uma questão essencial que os candidatos não podem deixar de abordar com clareza. Preocupa-nos o "Acordo Multilateral de Investimentos" (AMI), em negociação e cuja aceitação, pelo Brasil, teria conseqüências desastrosas em nossa capacidade de orientar soberanamente nosso desenvolvimento. Todos os cidadãos brasileiros têm o direito de conhecer e avaliar essas questões, e os candidatos têm, portanto, a obrigação

de trazê-las para o debate público. E, seguindo a orientação do Papa João Paulo II, precisamos trabalhar pela globalização da solidariedade.

Envolvimento do sentimento religioso do povo — O sentimento religioso do povo vem sendo manipulado por candidatos inescrupulosos. Discordamos de todo e qualquer uso que se faça de nossa condição de membros da Igreja para induzir outros a votarem em determinados candidatos. É essencial que seja respeitada a liberdade e a dignidade de cada cidadão, para que pense com sua própria cabeça e decida como sujeito participante do destino do País.

Desrespeito à pobreza pelo abuso do poder econômico — A cada eleição vem aumentando o custo das campanhas. A atual está se caracterizando por um nível de gastos acintoso em face das dificuldades vividas por tantos brasileiros. Promessas irrealizáveis e demonstração de poderio econômico criam falsas ilusões. O eleitor consciente tem que se negar a votar em quem assim abusa da ingenuidade popular.

Corrupção eleitoral — A Comissão Brasileira Justiça e Paz, órgão da CNBB, juntamente com diversas Pastorais e grandes entidades nacionais, está coletando assinaturas para um Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que visa coibir com maior eficácia o crime da compra de votos de eleitores. Essa distorção de nossa democracia, possibilitada pelo abuso do poder

econômico, cria um círculo vicioso perverso: a eleição por esse meio depende da manutenção da pobreza e da baixa consciência política do povo. Como parte de nossa cultura política, essas práticas precisam ser enfrentadas em suas raízes. Dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral afirmam que mais de 70 milhões dos 106 milhões de eleitores brasileiros têm escolaridade abaixo do 1º grau completo. Participemos dessa campanha pela revalorização do voto e do poder do cidadão como eleitor, preparando-nos também para, depois das eleições, tanto ajudar como fiscalizar os que forem eleitos.

Reeleição — Existe agora a possibilidade de reeleição dos chefes dos Poderes Executivos nacional e estaduais, pela primeira vez em nossa história republicana. Embora seja uma opção democrática, sua adoção no Brasil ficou marcada por insuficiências na participação da sociedade e por suspeições pouco favoráveis. A prática das campanhas está mostrando que, em nossa realidade cultural e política, ela cria grandes riscos de abuso da máquina governamental. Deverá, portanto, ser fiscalizada pela sociedade, para não afetar a igualdade de oportunidade de todos os candidatos, condição básica da democracia. Observemos com atenção o desenrolar das atuais eleições, preparando-nos para participar da reforma política que certamente será feita antes de um novo período eleitoral.

Um ponto central da política é a conquista e o exercício do poder, objetivo último das eleições. Jesus, o Mestre, observou atentamente como a sociedade de seu tempo se comportava em relação ao poder. Advertiu aos Apóstolos quando, na última Ceia, mais uma vez discutiram "sobre qual deles seria o maior", manifestando assim sua sede de poder: "Os reis das nações as dominam, e os que as tiranizam são chamados benfeitores. Quanto a vós, não deverá ser assim; pelo contrário, o maior dentre vós torne-se como o último, e o que governa, como aquele que serve" (Lc 22,25-27). Apresentamos a figura de Jesus, que estava no meio dos Apóstolos "como aquele que serve", embora declarasse que todo o poder lhe foi dado no céu e na terra, esperando que seu exemplo estimule os eleitores a só escolherem candidatos dispostos a servir ao Bem Comum, e os que forem eleitos a não se servirem do povo mas a servi-lo, para que surja um Brasil fraterno, justo e solidário.

Brasília-DF, 27 de agosto de 1998

50 ANOS DA DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 50 anos, dia 10 de dezembro próximo. Sua aprovação pela ONU, em 1948, após a segunda guerra mundial, significou um passo gigantesco no processo de civilização do ser humano e na convivência respeitosa e pacífica entre os povos. Ela recolheu uma consciência consolidada nos últimos séculos, com respeito às exigências fundamentais da pessoa humana, dos direitos à vida, à liberdade e à igualdade, assim como dos direitos coletivos, passando de uma visão limitada dos direitos individuais a uma dimensão social mais abrangente. Desde então, sobretudo nos últimos anos, começam a explicitar-se direitos humanos ligados ao bem comum, à ecologia, à mulher, à infância e adolescência, aos idosos, às diversidades étnicas e culturais. A fonte incontestável desses direitos deve ser sempre a igual dignidade de todos os membros da família humana e o valor inalienável da vida, desde sua concepção até a morte, não bastando para fundamentá-los mero consenso estatístico ou negociação.

À luz de Jesus Cristo, Deus e Homem, os direitos humanos atingem seu sentido maior. Sua defesa é parte constitutiva do anúncio do Evangelho, do diálogo com

a sociedade e do testemunho cristão; é um serviço que as comunidades cristãs podem e devem prestar à humanidade. Por essa razão, temos diante de nós algumas situações sobre as quais queremos nos manifestar.

Após cinqüenta anos da Declaração, o respeito aos direitos humanos é ainda um ideal a ser alcançado. Eles continuam sendo um fator eficaz de melhoria da nossa coexistência no mundo, apesar de serem freqüentemente violados. A comparação entre os princípios aprovados e a realidade social é chocante no mundo e particularmente no Brasil. A fome e a miséria crescem em nossas cidades e nas regiões rurais, com a negação dos direitos mais elementares. O acesso ao trabalho se faz cada vez mais difícil e as cifras de desemprego são as maiores de nossa história. As medidas econômicas em curso estão levando a uma recessão crescente, com suas conseqüências no aumento do desemprego e na degradação dos serviços sociais oferecidos. A situação torna-se ainda mais dramática com a continuação da seca no Nordeste e em outras regiões do País, para a qual se exigem soluções estruturais definitivas, no aproveitamento e transposição de recursos hídricos, na educação básica e outras medidas por parte dos poderes públicos e dos diferentes segmentos da sociedade.

A ausência de adequada informação, de transparência no trato da coisa pública e de respeito aos

princípios éticos dificultam a participação consciente da população nas tomadas de decisões que a afetam. A corrupção, atingindo inclusive os processos eleitorais, prossegue impune nas várias esferas da sociedade e do poder público. A falta de clareza nas relações entre o público e o privado faz perder a confiança nas decisões econômicas e políticas. Tudo isso fere, de fato, os direitos que são afirmados ao nível dos princípios.

No momento em que se preparam reformas indispensáveis do aparelho do Estado, insistimos no caráter inadiável de uma reforma política, uma reforma agrária, uma reforma tributária mais eqüitativa e de reformas sociais, em discussão efetiva com toda a sociedade.

Manifestamos nossa solidariedade aos irmãos centro-americanos tão terrivelmente afetados por recentes catástrofes naturais. Foi exemplar a iniciativa da Caritas Brasileira, assim como o perdão da dívida externa dado pelo Brasil e outras nações aos países atingidos. Esse gesto se insere no quadro do resgate das dívidas, incluindo as sociais, na celebração do Grande Jubileu do ano 2000.

Saudamos as entidades que promovem e defendem os direitos humanos. A Igreja, por sua vez, sob o patrocínio de Nossa Senhora, a mãe dos desvalidos, quer empenhar-se, colaborando com a sociedade, para que esses direitos sejam respeitados em nosso país.

Portanto, nós, bispos da Igreja Católica no Brasil, reunidos em Conselho Permanente, como já o fizemos na celebração dos 25 anos, renovamos nosso apelo aos cristãos e cristãs e aos que buscam retamente os caminhos da verdade e da justiça, a abraçar com amor as causas nobres da humanidade. Cada qual, através dos meios de que dispõe, defenda a vida, colabore na construção de uma sociedade justa e solidária, seja anunciador de uma viva esperança para os pobres e reassuma com novo ardor a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Brasília-DF, 27 de novembro de 1998
Conselho Permanente

DECLARAÇÃO
"DESAFIOS E ESPERANÇAS DO MOMENTO ATUAL"

Como Bispos da Igreja Católica, conscientes dos desafios da hora presente, compartilhamos as esperanças do povo brasileiro. Reunidos em Brasília, no Conselho Permanente da CNBB, de 24 a 27 de agosto de 1999, num momento em que afloram muitas insatisfações que se generalizam no País, não podemos deixar de nos dirigir aos irmãos na fé e a toda a sociedade brasileira.

Há poucos dias a consciência nacional foi surpreendida pelo resultado do julgamento dos acusados do massacre de Eldorado dos Carajás. Esperamos que a Justiça reexamine os fatos e que não fiquem impunes os autores e responsáveis por esse crime.

O desemprego — tema da Campanha da Fraternidade deste ano — leva o desespero a um número cada vez maior de famílias. Prossegue praticamente intocável o drama da fome nas regiões do País mais castigadas pela seca, e torna-se insuportável a violência que se instala nas cidades e nos campos.

Descobrem-se novas formas de corrupção, com mecanismos cada vez mais sofisticados, decorrentes

de uma perigosa promiscuidade entre o público e o privado. As denúncias se multiplicam, mas poucas vezes levam à punição dos autores de grandes desvios de recursos públicos. Tudo isso corrói a credibilidade das instituições políticas.

Constata-se que a privatização de empresas estatais, embora às vezes justificável, afetou o patrimônio nacional, não trouxe os benefícios sociais anunciados nem conseguiu estancar o crescimento da dívida pública.

Estudos e pesquisas nacionais e internacionais apontam para o agravamento de nossas condições sociais e para o inaceitável aumento da concentração da renda que tem caracterizado o Brasil. Não é portanto de estranhar que a discussão sobre a pobreza esteja presente com tanto destaque no atual cenário nacional.

As manifestações e mobilizações que estão acontecendo nestes dias traduzem um descontentamento crescente. Elas são um preocupante sinal de alerta. Oxalá se realizem como expressão do legítimo uso da liberdade democrática, em clima de paz, sem nenhum apelo à violência e preservando as instituições da democracia.

Nossa atenção de pastores vai além. Seguindo o exemplo de Jesus que, "vendo a multidão, teve compaixão porque estava cansada e abatida" (Mt 9,36), pensamos naqueles que nem sequer têm condições de fazer ouvir sua voz.

Diante da gravidade da crise que atravessamos, é preciso recuperar os valores éticos propostos pelo ensinamento social da Igreja e fortalecer a mais ampla participação.

É fundamental submeter a política à ética. Nessa linha insere-se a Iniciativa Popular de Lei contra a Corrupção Eleitoral, subscrita por mais de um milhão de cidadãos. Esperamos que o Congresso Nacional responda ao anseio da sociedade brasileira aprovando esse Projeto de Lei.

Da mesma forma a economia deve estar subordinada à ética. É preciso romper a dominação da lógica do mercado, que esquece a centralidade da pessoa humana. Não se pode aceitar um tipo de globalização comandada por interesses financeiros, que beneficia uns poucos e exclui as grandes maiorias.

Temos de valorizar e estimular uma ética da solidariedade, como vem sendo vivida em uma enorme quantidade de práticas populares, que resistem aos atuais rumos da economia e da política e criam alternativas de uma sociedade nova. Essas iniciativas demonstram o enorme dinamismo da sociedade brasileira e sua viabilidade.

Convidamos todos os irmãos na fé, todos os brasileiros de boa vontade, as entidades da sociedade civil organizada, os políticos de todos os partidos e os

responsáveis pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a unirem seus esforços para estarem à altura dos desafios atuais.

Como bispos, sentimo-nos comprometidos em pôr em prática o exemplo do Bom Pastor, buscando conhecer as necessidades do povo e interpretar suas aspirações. Por intercessão de Nossa Senhora Aparecida, invocamos a bênção de Deus para nossa Pátria.

Brasília-DF, 25 de agosto de 1999

DECLARAÇÃO DA CNBB CONTRA O CRIME ORGANIZADO

O povo brasileiro acompanha, estarrecido, o trabalho da "Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI — destinada a investigar o avanço e a impunidade do narcotráfico". Suas descobertas revelam o alto grau de articulação do crime organizado, como o narcotráfico, o roubo de cargas, o comércio de armas e outras atividades ilícitas, seja em âmbito internacional, seja entre diferentes regiões do País. Impressiona a ousadia e a violência dos que assim se apropriam de bens alheios. Enquanto o Brasil vive graves problemas sociais, grandes montantes de recursos vão dessa forma para as mãos de criminosos, somando-se a enormes quantias obtidas com a corrupção que também vem sendo denunciada.

A CPI é instrumento valioso de defesa democrática da sociedade, pelo exercício da função fiscalizatória do Poder Legislativo, contra graves atentados ao Bem Comum. Quando a sociedade estiver sendo ameaçada e houver omissão de organismos do Estado, é necessário que seus representantes políticos utilizem esse instrumento com seriedade e responsabilidade. Usada sem extrapolar suas atribuições e respeitando os direitos dos cidadãos, a CPI pode rapidamente abrir

caminho para a ação da Justiça, à qual cabe julgar e punir quem transgrida a lei, e da qual se exige uma efetiva isenção e firmeza.

Dentro desse entendimento, o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, reunido em Brasília de 23 a 26 de novembro de 1999, cumprimenta os Deputados que compõem a CPI sobre o narcotráfico, pelo seu trabalho difícil e perigoso, e os estimula a levar a fundo suas investigações, como esperam milhões de brasileiros.

É fundamental que a CPI não reduza sua ação à identificação de intermediários, mas chegue àqueles que organizam esses crimes e a todos que com eles se locupletam. A impunidade não pode prevalecer. Deve-se sinalizar que a lei é para todos. Não pode haver lugar, em nossa sociedade, para esses atentados ao trabalho honesto, à paz e à própria vida.

O Conselho Permanente da CNBB chama a atenção para a importância da atitude de cidadãos que, colaborando com a CPI com informações muitas vezes decisivas, estão prestando um serviço ao Brasil. Deve ser dada efetiva proteção às testemunhas que têm permitido o avanço dos trabalhos da Comissão.

No acompanhamento às investigações da CPI, a imprensa tem também denunciado os instrumentos usados pelo crime organizado para legalizar dinheiro ilíci-

to. Segundo estudos da Comissão Brasileira Justiça e Paz, da CNBB, tal é o caso, por exemplo, das chamadas "contas CC5" — nome que se refere à Carta Circular n. 5, do Banco Central —, há vários anos conhecidas sobretudo por quem opera no mercado financeiro, como agente do governo ou de empresas privadas. Esse instrumento pode ser usado para operações legais mas, por falta de adequado controle, vem servindo de forma intensa para operações ilícitas, protegidas inclusive por sigilos bancários e fiscais que devem ser questionados. Por meio de tais contas tem sido possível fazer sair livremente, de nosso país, dinheiro obtido criminosamente, rumo aos chamados "paraísos fiscais", de onde volta ao Brasil como "capital estrangeiro" indevidamente legalizado. É uma afronta à dignidade do povo brasileiro que o fruto do narcotráfico e de roubos feitos em nosso país — inclusive com o custo de vidas – usufrua dos altos juros que hoje sobrecarregam a economia brasileira e impedem a diminuição do desemprego.

Esperamos que a CPI examine igualmente tais tipos de instrumentos, que servem tanto ao crime organizado como a quem se envolva com qualquer tipo de corrupção, mas também a brasileiros a quem falta sensibilidade social e que acumulam riquezas sem fim. Nessa perspectiva, o Conselho Permanente da CNBB chama a atenção de nossas autoridades financeiras, pela sua responsabilidade na criação, no funcionamento e

no controle de instrumentos que podem ser utilizados por estruturas criminosas.

Todos esses fatos têm evidente efeito corrosivo na sociedade e na democracia, sobretudo quando aliados ao comprometimento de agentes públicos — até mesmo no Judiciário — que deveriam coibir o crime, e de políticos com mandatos de representação. Esse quadro se agrava ainda mais quando estes são eleitos com recursos obtidos criminosamente ou procuram se eleger com o intuito de acobertar seus próprios crimes com a imunidade parlamentar.

As Igrejas membros do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs — CONIC — aprofundarão, na Campanha da Fraternidade do ano 2000, o tema Dignidade Humana e Paz. Diversos problemas sociais serão abordados, entre os quais a prostituição infantil, vinculada diretamente ao crime organizado e às drogas. E já se prepara a realização, no ano 2001, de uma Campanha da Fraternidade voltada especificamente para a tragédia das drogas.

Esperamos que o trabalho da CPI abra possibilidades de atuação para todos que se engajarão nessas Campanhas. Enfrentando até o final o narcotráfico e o crime organizado no meio de nós, possamos, com a graça de Deus, entrar no novo milênio com dignidade e paz.

Brasília-DF, 25 de novembro de 1999

NOTA DA CNBB

Em 14 de dezembro de 1999, a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tornaram pública sua decepção com o Congresso Nacional, que tomara uma decisão gravemente prejudicial à sua credibilidade e afrontosa à Nação: legislando em causa própria, concedera anistia aos parlamentares multados por infrações praticadas nas eleições de 1996 e 1998.

Foi então lembrado que, pouco antes, esse mesmo Congresso havia aprovado, com responsabilidade e rapidez, uma Iniciativa Popular de Lei contra a corrupção eleitoral, subscrita por mais de um milhão de cidadãos que exprimiam dessa forma seu anseio por eleições livres de vícios e desvios danosos à democracia.

Com essa nota a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB se associavam à expectativa da sociedade brasileira de que o Presidente da República, no uso de suas atribuições constitucionais, vetasse a lei aprovada pelo Congresso.

Isto de fato ocorreu, para a satisfação de todos os cidadãos que se mobilizaram para que se reafirmasse a moralidade pública.

Esse veto do Presidente da República foi no entanto rejeitado, há duas semanas, pelo Congresso Nacional, causando de novo a indignação da Nação brasileira.

Exprimindo essa indignação, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil acaba de tomar a iniciativa de propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra essa decisão do Congresso Nacional.

A Presidência e o Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos em Brasília de 22 a 25 de agosto de 2000, vêm a público para dar todo o seu apoio à OAB por sua iniciativa, manifestando também sua esperança de que o Supremo Tribunal Federal tome mais uma vez uma decisão que contribua para recuperar a confiança do povo brasileiro nas nossas instituições políticas, protegendo do descrédito as eleições do próximo dia 1º de outubro.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2000

VOTO NÃO TEM PREÇO, TEM CONSEQÜÊNCIAS

Declaração da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

Nós, Bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidos em Brasília de 22 a 25 de agosto de 2000, dirigimo-nos a todos os brasileiros e brasileiras, um mês antes de exercerem seu direito de eleger Prefeitos e Vereadores. Nossa intenção é lembrar algumas questões importantes referentes às eleições que se aproximam.

A participação política é uma dimensão de nossa fé cristã, uma maneira exigente de viver nosso compromisso ao serviço dos outros. Todos os cidadãos são chamados a participar da política, com vistas a promover o Bem Comum. Omitir-se é a pior forma de fazer política.

Neste ano temos mais uma possibilidade de participação política através do voto. Para que um país seja efetivamente democrático não basta haver eleições. Mas estas são, na verdade, o nervo da democracia. Eleições limpas, participativas e sem fraudes são a chave inicial e a primeira garantia de vida democrática. O voto é a forma mais clara, direta e inequívoca

de exercício da cidadania. É expressão da vontade do cidadão, a quem pertence todo o poder político. Ninguém deve se abster de votar, por maior que seja sua descrença.

As eleições deste ano são municipais. Não se trata de uma eleição menor. Ela é importante e decisiva, merecendo uma atenção redobrada. A efetiva superação das enormes desigualdades sociais de nosso país depende principalmente de políticas públicas de nível nacional. Mas a pirâmide do poder político está apoiada na base constituída por Prefeitos e Vereadores, a quem também cabe desenvolver políticas públicas, voltadas para as necessidades concretas da realidade local. Precisamos reconstruir uma base sadia para essa pirâmide elegendo Prefeitos e Vereadores realmente comprometidos com os anseios do povo. Atenção especial precisa ser dada à eleição de Vereadores: os Prefeitos não podem agir sem leis votadas pelas Câmaras, que igualmente fiscalizam sua atuação. É bom lembrar que o poder decisivo do Município deve se situar nas Câmaras.

Nosso país está cada vez mais indignado com a corrupção. Quando aceita e praticada impunemente, a corrupção corrói a sociedade, destruindo-a por dentro. A eleição de homens e mulheres competentes e dignos para as Prefeituras e Câmaras Municipais pode impedir alianças e cumplicidades espúrias. Já nos

alertava o Papa Pio XII que "onde faltam cidadãos honestos, outros vêm ocupar-lhes o lugar para fazer da atividade política a arena de suas ambições, uma corrida aos ganhos próprios e de sua casta ou classe".

A grande novidade das eleições deste ano é a vigência da Lei 9840/99. Ela enfrenta graves falhas da democracia brasileira — a compra de votos de eleitores e o uso da máquina administrativa. Essa prática abre espaço para o círculo vicioso do candidato corrompendo o eleitor e do eleitor corrompendo o candidato, e para o abuso do poder econômico e político. Ela desrespeita o povo na sua miséria e carências e falseia a igualdade de oportunidades entre candidatos, bem como os resultados eleitorais.

Constatamos que todas as cartilhas e subsídios produzidos pelas nossas Dioceses, para ajudar eleitores a se prepararem para o exercício do voto, orientam de maneira clara sobre a necessidade de garantir a aplicação da Lei 9840/99.

Participemos todos dessa fiscalização e da ação educativa que deve acompanhá-la, para conseguirmos realizar, na ação política, a mudança cultural indispensável à efetiva promoção do Bem Comum. Que para isso Deus nos ajude, pela intercessão de Nossa Senhora Aparecida.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2000

DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE A NORMA TÉCNICA DO ABORTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Nós, Bispos membros do Conselho Permanente da CNBB, louvamos o Ministro da Saúde José Serra por suas iniciativas em tornar os medicamentos mais acessíveis à população brasileira. Merece destaque o congelamento do preço dos remédios até o fim do ano corrente.

Pecaríamos, porém, por gravíssima omissão, se não protestássemos contra a assinatura, em 9 de novembro de 1998, da Norma Técnica "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes", a qual instrui os Hospitais do SUS a praticarem aborto em crianças de até cinco meses de vida, que tenham sido geradas em um estupro. Como pastores da Igreja, entendemos que é nossa missão trabalhar sempre em favor da vida, e que a criança concebida tenha sua vida tão respeitada quanto a vida da mulher violentada.

Em nome da "cultura da vida", tão defendida pelo Santo Padre João Paulo II, que qualificou o aborto de "crime abominável" e "vergonha para a humanidade", solicitamos a revogação imediata de tal Norma

Técnica, ao mesmo tempo em que pedimos assistência prioritária às vítimas de violência sexual. Dispomo-nos a fazer o que estiver a nosso alcance para assistir as mulheres estupradas, sem, porém, jamais atentarmos contra a vida do nascituro.

Atenciosamente, subscrevemo-nos.

Brasília-DF, 22 de agosto de 2000

MEIOS DE COMUNICAÇÃO A SERVIÇO DO BEM COMUM

A população brasileira participa do debate em torno dos abusos cometidos em diversos programas televisivos, que insistentemente exibem imagens e temas de incentivo à violência, à erotização da infância, ao preconceito e à discriminação às culturas indígenas. Sentimo-nos chamados, como bispos, pastores da Igreja Católica, também responsáveis pela educação integral da pessoa humana, a dizer uma palavra de discernimento e orientação.

Reconhecemos a contribuição dada pela televisão brasileira nestes 50 anos de existência. Contudo, há muito tempo vimos alertando e denunciando o escândalo de certas imagens e temas explorados por este instrumento de comunicação, que em nada contribuem para a formação humana por fomentarem a violência, a discriminação étnica e a degradação moral.

Numa sociedade democrática existem mecanismos jurídicos para defender os preceitos e fundamentos consolidados democraticamente na legislação, como, por exemplo, a garantia do bem público, da moral de um povo, da proteção dos direitos da criança e do adolescente, da família, dos valores religiosos e do respeito às culturas e etnias de uma nação. No entanto,

as autoridades e a sociedade civil organizada não se têm preocupado suficientemente em acionar estes justos mecanismos.

Algumas pessoas acreditam que defender valores morais e sociais é aderir a posições retrógradas e promover a censura. Estes argumentos são inaceitáveis, pois a liberdade na comunicação social pressupõe respeito aos padrões e valores éticos que regulam as relações sociais.

A televisão não pode levar para dentro dos lares o sexo explícito, o linguajar abusivo, a degradação das formas de convivência familiar e social, o estímulo à violência e ao preconceito. Explorar tais imagens e conteúdos não é exercício de liberdade democrática, mas manifestação de autoritarismo dos meios de comunicação e desrespeito das empresas que patrocinam esses programas.

Os pais, diante de constantes deformações veiculadas em programas televisivos, têm enorme dificuldade na orientação de seus filhos, não sendo também fácil o acesso a melhores programas. Dizer que o nosso povo não aceita, não gosta de programas de melhor nível artístico e cultural é uma mentira e um desrespeito a milhões de brasileiros que buscam nos meios de comunicação diversão, alegria, informação, conteúdos educativos e culturais.

Diante disso, urgimos a regulamentação e instalação do Conselho Nacional de Comunicação Social, como previsto no Artigo 224 da Constituição Federal, para que possamos avançar no processo de democratização dos meios de comunicação social e torná-los cada vez mais servidores do bem comum.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2000

Presidência e Conselho Permanente da CNBB

A DIGNIDADE DO TRABALHADOR E SEU SALÁRIO

Reunidos em Brasília, de 21 a 24 de novembro de 2000, nós Bispos do Conselho Permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, como Pastores do Povo de Deus, à luz do Evangelho e da Doutrina Social da Igreja, mais uma vez manifestamo-nos em favor do trabalho, da dignidade do trabalhador e sua família e de um salário justo.

Está em discussão na Sociedade e no Congresso o índice de aumento do salário mínimo para 2001 e o modo de consegui-lo. Defendemos o aumento real do salário mínimo como imperativo ético de superação da pobreza. Neste sentido deverão ser encaminhadas as medidas técnicas que o viabilizem.

Fundamenta nossa posição o valor preeminente do trabalho humano, conforme escreve João Paulo II na Encíclica *Sobre o Trabalho Humano* (n. 12), ao recordar "o *princípio da prioridade do 'trabalho' em confronto com o 'capital'"*. Queremos uma política que favoreça tanto a criação de postos de trabalho e o atendimento de saúde e educação aos trabalhadores, quanto um aumento real do salário mínimo até que ele venha a atingir, o mais rapidamente possível, o nível

estabelecido pela Constituição Federal de 1988, art. 7, IV: "capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social". Evidentemente, o atual salário ainda se encontra longe desse patamar. É hora de avançar corajosamente nessa direção.

Alega-se nos âmbitos oficiais que um aumento substantivo do salário mínimo implica aumento correspondente nos gastos da Previdência Social e portanto acarreta *deficit*. Sabe-se, porém, que a atual política econômica vem obtendo *superavit* primário e que este é integralmente destinado ao pagamento de juros usurários ao sistema financeiro. É dever de justiça destinar parte substancial desse *superavit* ao ressarcimento da *dívida social*, usando a Previdência Social como instrumento de efetiva redistribuição de renda.

A atual política econômica privilegia, na prática, a estabilidade monetária e o equilíbrio fiscal, mas não pode prejudicar os trabalhadores e aposentados e suas famílias. A Igreja Católica ensina que "a justiça de um sistema socioeconômico e seu funcionamento devem ser apreciados, no fim de contas, segundo a maneira como é eqüitativamente remunerado o trabalho nesse sistema" (*Sobre o Trabalho Humano,* n. 19). Reorientar a atual política econômica para colocá-la a serviço da justiça e da paz social é atender o clamor

dos pobres, desempregados, excluídos do mercado, e todas as pessoas que não têm outro meio de subsistência para si e para suas famílias que não seja seu trabalho ou seu direito à aposentadoria.

Mais de seis milhões de brasileiros manifestaram-se claramente pela mudança de rumos da atual política econômica, proclamando "*a Vida acima da dívida*". Reforçamos essa proposta, afirmando ser o aumento real do salário mínimo um passo decisivo nessa direção.

Brasília-DF, 23 de novembro de 2000

Nota do Conselho Permanente da CNBB

NOTA DO CONSELHO PERMANENTE DA CNBB SOBRE A REFORMA AGRÁRIA

"E a Reforma Agrária no Brasil?" — perguntou o Papa João Paulo II aos Bispos da Presidência da CNBB durante a visita que lhe fizeram em julho de 2003, no Vaticano, revelando quanto o tema preocupa o Santo Padre. O mesmo tema é preocupação constante do episcopado brasileiro, sobretudo nos dias atuais, diante do crescimento das ocupações de terra, dos conflitos cada vez mais graves, da violência e impunidade no campo.

Já em 1985, o Papa alertava para o fato de que a Reforma Agrária é necessária para possibilitar a consolidação da democracia em nosso país. No momento atual, ela é imperativo de justiça e de autêntico desenvolvimento, tornando-se imprescindível para evitar uma explosão social de conseqüências imprevisíveis não só no meio rural, mas em toda a sociedade brasileira.

Por isso, recebemos com satisfação a notícia de que o Governo pretende lançar brevemente o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Não ignoramos as dificuldades financeiras que o País está enfrentando. Porém, por sua gravidade e urgência, a

solução da questão agrária torna-se uma prioridade, exigindo de todos compreensão e apoio.

A CNBB tem acompanhado de perto a questão fundiária no Brasil, seja como uma das preocupações sociais mais recorrentes, seja quanto ao empenho da Igreja para que a terra esteja a serviço de quem nela precisa trabalhar e viver. São testemunhas dessa solicitude pastoral a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, a publicação do documento Igreja e Problemas da Terra, em 1980, com a clássica distinção entre terra de trabalho e terra de negócio, e as Campanhas da Fraternidade de 1980 e 1986, respectivamente sobre o tema das migrações e da terra.

Estamos certos de que uma reforma agrária justa e pacífica, ampla e profunda, acompanhada de uma política agrícola que dê apoio à pequena e média produção e à agricultura familiar, pode aliviar simultaneamente grandes problemas sociais de nosso país, como o desemprego, o acúmulo de terras improdutivas, o êxodo rural e a fome. Incluem-se aqui as dívidas para com os povos indígenas e para com as comunidades remanescentes de quilombos.

Nesta perspectiva, consideramos de enorme relevância a estreita integração entre o Mutirão da CNBB pela Superação da Miséria e da Fome, o projeto Fome Zero e o Plano Nacional de Reforma Agrária. Com-

binadas, essas iniciativas podem favorecer a fixação do homem ao campo e seu retorno, oferecer inúmeros postos de trabalho e multiplicar a disponibilidade de alimentos para toda a população brasileira.

Assim sendo, nós do Conselho Permanente da CNBB, reunidos em Brasília-DF, fazemos um apelo a todos os homens e mulheres de boa vontade, especialmente aos representantes dos poderes públicos, no sentido de somar esforços para a realização dessa tarefa, que é de todos os brasileiros e brasileiras, uma vez que seus resultados beneficiam tanto o campo como a cidade, já que a Reforma Agrária constitui um instrumento privilegiado de inclusão social.

Com as bênçãos de Deus e a proteção de Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, acreditamos que a Reforma Agrária pode reavivar em nós a esperança na construção de uma sociedade justa e solidária, sinal do Reino definitivo.

Brasília-DF, 30 de outubro de 2003

SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DO DECRETO N. 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996

No dia 29/2/1996, Dom Lucas Moreira Neves, Presidente da CNBB, em audiência com o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, entregou este texto, Pró-Memória, aprovado na reunião da Presidência e CEP (Comissão Episcopal de Pastoral) de 27 a 29/2/1996.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB sempre se empenhou em favor dos povos indígenas de nosso país como exigência de sua missão pastoral. Por isso, defendeu e defende os direitos destes povos à sobrevivência física e cultural, convicta também de que a grande dívida para com os povos indígenas está longe de ser resgatada; são os índios "os mais pobres entre os pobres" (DP 34). Na mensagem aos indígenas da América, em Santo Domingo, o Papa João Paulo II, preocupado com a posse da terra de muitas comunidades, exortou os pastores à solidariedade como caminho que conduz à justiça (João Paulo II, *Mensagem aos Indígenas da América*, n. 5).

Durante a Assembléia Nacional Constituinte (1987/88), a CNBB insistiu junto aos Parlamentares

Constituintes que o direito natural dos índios sobre suas terras fosse inscrito na nova Carta Magna do País, mobilizando inclusive todas as dioceses e os organismos eclesiais.

Finalmente, em 8 de outubro de 1988, foi promulgada a nova Constituição da República Federativa do Brasil. Pela primeira vez em nossa história, a Lei Maior do País garante aos povos indígenas o direito à sua identidade étnico-cultural e às terras tradicionalmente ocupadas por eles, reconhecidas agora como "inalienáveis, imprescindíveis e indisponíveis" (Art. 231, § 4º). A nova legislação indigenista brasileira, na época, foi considerada exemplar e o Brasil ganhou elogios da comunidade internacional pela maneira como amparou constitucionalmente a causa de seus aborígines.

Contudo, o prazo de cinco anos, fixado para demarcar todas as áreas indígenas, lamentavelmente não foi observado e já expirou em 1993. A morosidade, omissão dos órgãos governamentais e a falta de vontade política em cumprir os parâmetros legais causaram inúmeros conflitos de terra, inclusive com vítimas fatais. Muitos foram os assassinatos, chacinas e outras violências aos direitos humanos dos índios nos últimos anos. Na defesa intransigente dos direitos indígenas, missionárias(os) e tantos outros que se dedicaram a esta causa foram perseguidos ou mesmo

derramaram o seu sangue como prova maior de seu amor aos irmãos índios.

O Decreto n. 1.775, de 8 de janeiro de 1996, do Presidente da República, vem provocando conflitos e perplexidades. Em vez de agilizar a demarcação das áreas indígenas, há tanto tempo esperada, coloca novos obstáculos e possibilita até a redução de áreas já demarcadas. Exclui ainda ampliação de territórios insuficientes à sobrevivência física e cultural de um povo, como é o caso dos Guarani-Kaiowá (MS). Confinados em um espaço extremamente reduzido, duzentos e onze Guarani, especialmente jovens, suicidaram-se nos últimos dez anos, chamando a atenção do mundo inteiro para a situação insustentável em que se encontram. O Decreto garante a Estados, Municípios e "demais interessados" a contestação e impugnação dos limites de áreas indígenas já demarcadas. Forças políticas e econômicas vêm se apoiando neste Decreto para gerar novos conflitos com invasões de terra e desrespeito aos povos indígenas, conforme relatos recebidos pelo Conselho Indigenista Missionário — CIMI. No Brasil, a opinião pública vem tomando conhecimento de todos estes fatos, provocando manifestações de repúdio de diversas entidades, entre as quais o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil — CAPOIB, a Sociedade Brasileira para o Progresso e a Ciência — SBPC, e segmentos da Or-

dem dos Advogados do Brasil — OAB. Vários juristas vieram a público questionar o Decreto n. 1.775/96, declarando-o "inconstitucional". A comunidade internacional, inclusive Amnesty International, reage estupefata, fazendo ecoar seus protestos em resolução recente do Parlamento Europeu. A imagem do Brasil no exterior sofre desnecessariamente um profundo desgaste.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB mantém-se atenta ao juízo emanado por instâncias autorizadas a respeito do Decreto n. 1.775/96, mas está apreensiva, sobretudo, com as conseqüências negativas que o mesmo vem provocando. Por isso, consciente da sua missão pastoral na defesa da vida e dignidade da pessoa humana, a CNBB não só assinala a necessidade de se rever o Decreto n. 1.775/96 para coibir abusos, praticados em seu nome, em detrimento das comunidades indígenas, como questiona, do ponto de vista dos valores éticos, sua sustentabilidade.

Brasília-DF, 29 de fevereiro de 1996

Comissão Episcopal de Pastoral (CEP) e Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP) de 1997 a 2003

CLAMOR POR JUSTIÇA E PAZ

"Grita a plenos pulmões, não te contenhas, levanta a tua voz como uma trombeta e faze ver ao meu povo a sua transgressão, à casa de Jacó o seu pecado" (Is 58,1).

Nós, os Bispos da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, reunidos em Brasília, durante os dias 27 a 29 de fevereiro para nossa reunião ordinária, convidamos os católicos a viverem intensamente a Quaresma, em perspectiva pascal, como também convidamos a todos os cidadãos e cidadãs a refletirem conosco sobre a urgente necessidade de justiça e paz para a nação brasileira.

Retomamos a mensagem do Papa na abertura da Campanha da Fraternidade: "Vivei como irmãos e irmãs, deixando-vos conduzir pelo Espírito de Deus, rompendo com as cadeias do pecado e do egoísmo. Peço ao Todo-Poderoso que esta Campanha sirva como forte apelo a uma mudança pessoal e profunda de todos os cidadãos, a fim de que cada qual, vencendo o isolamento e o individualismo, saiba ser solidário com os demais: assuma o compromisso de empenhar-se, em espírito de autêntico serviço à Comunidade, na construção de uma sociedade justa e fraterna, segundo seus dons e suas responsabilidades" (*Mensagem do Papa para a abertura da CF/96,* 21/2/1996).

A Campanha da Fraternidade é um grande instrumento para desenvolver o espírito quaresmal de conversão, renovação interior e gestos concretos como a verdadeira penitência que Deus quer de nós em preparação à Páscoa: romper os grilhões da iniqüidade, libertar os oprimidos, repartir o pão com o faminto, abrigar os sem-teto, vestir quem está nu (cf. Is 58). O grande desafio que lançamos é de uma real articulação entre a Fraternidade e a Política, visando a profundas mudanças na maneira de conduzir nosso país, a começar por maior democracia e transparência no processo eleitoral que se aproxima.

Lembramos com muita dor os inúmeros fatos de violência que aconteceram no carnaval passado, e, mais do que isso, assassinatos sem conta e sem motivo e as chacinas diárias. A crescente desvalorização da vida humana nos deixa perplexos. Como ficar calados? *Não dá para aceitar a violência como um processo natural, como uma epidemia incontrolável, mais forte que nós!*

Sabemos que a falta de ética e de solidariedade aceleram a descrença na vida e aumentam a espiral da violência. Precisamos de *polícia mais democrática* e dotada de mais recursos, de *aplicação mais eficaz das leis*, que dêem um basta à impunidade, e de uma *ação judicial mais rápida, eficiente e justa.*

Vemos o crescente desemprego como prova de que a política de globalização da economia tem falhas

estruturais. É uma política que dia a dia vem excluindo uma massa considerável de cidadãos e cidadãs do processo produtivo e distributivo, carregando ainda mais as armas da violência. Não é justo que se roube o pouco dinheiro dos pobres aposentados, dos pequenos produtores e dos trabalhadores em geral para injetar no sistema financeiro, salvando quem economicamente já está salvo ou já acumulou ingentes riquezas através da fraude e do roubo. Basta de sacrificar vidas para salvar Planos Econômicos.

Preocupa-nos a falta de uma política adequada de Reforma Agrária e que a questão da terra esteja sendo tratada como caso de polícia. Nesse sentido, exigimos a aceleração dos esforços para uma solução justa dos conflitos agrários e a libertação imediata dos líderes do Movimento dos Sem-Terra.

Tememos que essa situação vivida no País aumente a crise de confiança nas Instituições constatada pelo Papa João Paulo II. Repetimos com ele: "É preciso reagir, baseando-se nos valores da honestidade, da retidão e da dedicação generosa ao bem-estar da Comunidade" (CF/96).

É neste espírito que convidamos a todos os homens e mulheres de boa vontade a realizarem uma verdadeira conversão. Conversão que se inicia numa nova consciência do compromisso pessoal e intransferível com a fraternidade e a solidariedade e que se expressa,

visivelmente, nos compromissos que assumimos na sociedade: atos contra violência, campanhas pela demarcação das terras indígenas e por ampla reforma agrária, defesa intransigente dos direitos trabalhistas adquiridos, luta por uma política econômica que garanta o emprego e a dignidade dos brasileiros.

A nossa vivência quaresmal acelere o dia em que "Justiça e Paz se abraçarão", antecipando as alegrias da "Páscoa da Ressurreição"

Brasília-DF, 29 de fevereiro de 1996

O MOMENTO NACIONAL PÓS-ELEIÇÕES

Terminado o processo eleitoral deste ano de 1998, a Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral — CEP, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunidas em Brasília de 27 a 29 de outubro, querem compartilhar com a sociedade brasileira suas alegrias, esperanças e preocupações.

A imprensa, nas eleições deste ano, divulgou inúmeros casos de abuso da máquina administrativa e do poder econômico, como também de corrupção eleitoral. Dúvidas foram levantadas sobre a atuação de institutos de pesquisa eleitoral e críticas foram feitas a intervenções realmente inaceitáveis vindas do mais alto posto da Justiça Eleitoral. Foi triste constatar o esbanjamento de dinheiro em caríssimas campanhas eleitorais, enquanto grande parte da população enfrenta enormes dificuldades.

Apesar disso, toda eleição deve ser saudada como afirmação da democracia.

O que nos preocupa é a situação que vive o povo, no quadro social escandaloso de desigualdade e miséria que caracteriza nosso país, e os rumos que o Brasil pode tomar. Crescem nossas apreensões com o aumen-

to das dificuldades impostas ao povo sofrido, ainda mais quando vemos que as decisões econômicas agora divulgadas, inspiradas pelo Exterior, não fazem senão confirmar orientações políticas que vêm sendo questionadas.

Levantam-se muitas interrogações entre aqueles que analisam o momento nacional: não poderia ser dada maior atenção ao aumento de nossa capacidade de produção e consumo no mercado interno? Por que não se dá prioridade a políticas que enfrentem a questão do desemprego, da miséria e da desigualdade crescentes? Não é urgente uma Reforma Agrária que modifique a estrutura fundiária brasileira, juntamente com a adoção de uma adequada política agrícola, que recupere a agricultura nacional?

Aumentam os questionamentos sobre afirmações que atribuem a origem de nossos atuais problemas predominantemente à crise internacional. Muitos perguntam se não temos outra saída a não ser a integração submissa a uma globalização ditada simplesmente pela lógica do mercado e conduzida pelos interesses do sistema financeiro e do capital especulativo, que não admitem nenhuma restrição e aprofundam sempre mais nossa dependência do exterior. Não caberia opor resistência às exigências impostas ao Brasil por organizações internacionais mais preocupadas com a saúde das Bolsas do que com a saúde do povo? É realmente

preciso aumentar ainda mais nossas dívidas sociais para honrar os compromissos de nossas dívidas financeiras externa e interna?

Alguns resultados eleitorais parecem revelar desconfiança em relação a essas políticas, e poderiam ser interpretados como uma chamada à responsabilidade dos governantes. Os altos índices de abstenção e de votos brancos e nulos revelam também um perigoso desencanto com a política. No primeiro turno, mais de 30 milhões de eleitores não votaram em nenhum candidato.

Essas e outras questões cruciais têm que ser respondidas pelos políticos. Toda a sociedade, por seu lado, deve empenhar-se em minorar a carga que pesa cada vez mais sobre o povo. É preciso que se assegure espaço para essa participação, que não se reduz aos atuais sistemas de representação política.

Conclamamos os cidadãos e cidadãs brasileiros a se associarem ao esforço indispensável e urgente de uma profunda reforma política que possibilite o debate democrático de nossos problemas, garanta igualdade de oportunidades para os candidatos e propicie campanhas eleitorais que elevem a consciência política do povo. É dentro dessa perspectiva que a CNBB, juntamente com outras entidades nacionais, está coletando assinaturas para o Projeto de Lei de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral. Trata-se de um passo

essencial para que a reforma se faça com a participação dos cidadãos.

Desejamos dialogar com todas as organizações sociais que compartilham nossas preocupações. À luz dos valores da solidariedade, dignidade humana, justiça social e paz, queremos apoiar e incentivar iniciativas e projetos alternativos que o povo brasileiro já vem assumindo para superar suas dificuldades, pelo efetivo resgate das dívidas sociais brasileiras, no quadro da atual crise.

Fortalecidos pela fé em Nosso Senhor Jesus Cristo, apelamos para que todos os nossos irmãos e irmãs brasileiros abracem o mesmo compromisso, mediante ações concretas e questionando tudo que leva a aumentar as dificuldades de vida do povo brasileiro.

Brasília-DF, 29 de outubro de 1998

MENSAGEM DE NATAL

No Natal, sentimos sempre uma grande alegria: nasceu o nosso Salvador! Jesus, Deus feito homem, presente entre nós, mostra-nos, com sua vida, o que é viver a plenitude da dignidade humana. Ensina-nos que somos filhos e filhas de Deus-Pai, irmãos de todos, e que devemos partilhar o pão, entregar a vida pelos outros e perdoar nossos inimigos. Só no respeito à dignidade humana é possível construir a Paz. Só no respeito aos direitos humanos é possível construir uma sociedade verdadeiramente justa. No Natal de Belém, Deus promete a Paz. Garante assim a esperança dos homens e mulheres de todas as raças e nações, de todos os povos e épocas. Alegremo-nos, pois desde o Natal de Belém a Paz está plantada no coração da humanidade!

Preparando-nos para celebrar o grande Jubileu do ano 2000, aproximamo-nos deste Natal tendo diante de nós algumas situações que apertam fortemente nossos corações de pastores.

A *desigualdade social* está chegando a níveis intoleráveis.

– É inaceitável o contraste entre, de um lado, os valores a que podem chegar os ganhos de algumas

categorias sociais, que, considerando-se tão-somente o teto do salário básico, equivalem a quase cem vezes o salário mínimo e, de outro lado, a multidão de brasileiros que não recebe nem a metade desse patamar mínimo, quando tem emprego.

– É inaceitável que, exatamente nas proximidades do Natal, possam ser decididos, sem controle democrático efetivo, grandes aumentos para alguns servidores públicos, enquanto outros não recebem nenhum aumento há vários anos, e trabalhadores têm que aceitar a diminuição de seus salários para não serem despedidos.

– É constrangedor comparar a facilidade com que são decididos esses aumentos com a redução tão rigorosa das isenções concedidas a entidades com finalidades filantrópicas comprovadas, com todas as repercussões dessas reduções na assistência à população carente.

– É inaceitável o contraste entre os sacrifícios exigidos de todo o povo pobre, enquanto nada se exige das grandes fortunas, das heranças e dos empreendimentos altamente rentáveis.

– É inaceitável que se discuta a redução dos recursos para educação, saúde, reforma agrária, enquanto os juros altos concedem benefícios iníquos aos capitais especulativos e se deixa agir livremente os que têm informações privilegiadas ou ousadia financeira.

A seca que atinge algumas regiões do País é um fenômeno amplamente conhecido e previsto. Nestes últimos meses adquiriu contornos estarrecedores. Foi muito louvável o empenho de solidariedade desenvolvido por toda a sociedade. Mas, ultimamente, o assunto caiu no esquecimento, enquanto a realidade tem-se agravado sempre mais. Meios de comunicação anunciam que, se persistirem as condições atuais, um milhão de pessoas poderão morrer no Nordeste em conseqüência da seca deste ano.

No delicadíssimo processo que envolve os *seqüestradores em greve de fome,* a Igreja, que acompanhou e ajudou eficazmente na solução satisfatória do seqüestro, pede sejam encontrados, rapidamente, caminhos de sabedoria para solucionar, sem protelações, uma situação que está colocando em risco o direito humano fundamental, a vida. Nunca haverá razões que justifiquem um desenlace indesejável.

Para que haja Feliz Natal será necessário renunciar a privilégios, mesmo aceitos na lei; buscar a igualdade, mesmo que pareça fora das leis econômicas; crescer na solidariedade e na partilha; valorizar a dignidade da pessoa e respeitar efetivamente os direitos humanos, pois este é o único caminho da Paz.

Esperamos que os votos de Boas-Festas formulados pelos nossos governantes sejam acompanhados de medidas concretas e eficazes para solucionar os pro-

blemas que afetam o povo brasileiro. "Quando os direitos humanos são ignorados ou desprezados, quando a procura de interesses particulares prevalece injustamente sobre o bem comum, então inevitavelmente se está semeando os germes da instabilidade, da revolta e da violência." (Mensagem do Papa João Paulo II para a celebração do Dia Mundial de Paz — 1º de janeiro de 1999).

Brasília-DF, 16 de dezembro de 1998
Presidência e Comissão Episcopal
de Pastoral da CNBB

MENSAGEM AO POVO DE DEUS

A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em sua primeira reunião ordinária de 1999, encontraram-se em Brasília, nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro.

Vivemos o tempo da Quaresma, tempo favorável para a conversão, renovando a fé em Jesus Cristo e o compromisso solidário com os irmãos num momento especialmente difícil de nosso país. *A Campanha da Fraternidade/1999* focaliza o tema "A Fraternidade e os Desempregados", tem como lema "Sem trabalho... por quê?" e acentua a dura situação atual. Com esta Campanha, a Igreja Católica no Brasil quer reforçar sua proximidade aos que sofrem e solidariedade com os desempregados, criando exigências de compromisso em busca de soluções viáveis. O desemprego crescente revela a problemática central da "crise" que ora enfrentamos e exige um novo modelo de política econômica que priorize as pessoas, particularmente os pobres, e não o capital.

A Igreja ao mesmo tempo vive a abertura para Deus e para os irmãos, com sensibilidade especial para suas necessidades cotidianas. Ela tem consciência de suas falhas e contradições, que exigem humildade e conversão. A Igreja quer ser portadora de esperança,

mas não pode fechar os olhos à trágica experiência de nossa época: ao lado de tantas conquistas humanas, o absurdo de uma realidade perversa e desumana que tudo perpassa, atingindo violentamente a dignidade humana e o equilíbrio do ecossistema.

Em nosso país, grande parte da população morre sem ter experimentado em sua vida os direitos sociais e o atendimento às necessidades básicas: gente sem alimentação, sem acesso à educação, sem saúde, sem terra, sem teto, sem transporte, sem segurança e, sobretudo, sem trabalho e sem emprego.

Uma das maiores dificuldades que o Brasil enfrenta é a degradação ética manifestada escandalosamente na corrupção política e econômica, no abuso do poder, na má distribuição de renda, na crescente violência, no mau uso dos meios de comunicação, tudo isto quase sempre amparado pela impunidade. Está em destaque hoje a hegemonia, prepotente e mesmo exclusiva, da dimensão econômica na edificação da sociedade. Isso é terrivelmente prejudicial ao povo! O predomínio da economia é visível na crise atual, marcada pelo livre mercado, dominado e manipulado pelos grandes especuladores. A quase totalidade dos indicadores de avaliação do desempenho político é feita de referenciais econômicos: taxa de câmbio, juros altos, capitais produtivos ou especulativos, tensão entre importação e exportação, privatização e regulamentação e outros tantos.

Não podemos ficar indiferentes diante do aniquilamento que as atuais políticas econômicas produzem. Elas concentram terra e riqueza, marginalizam as pessoas, discriminam e oprimem os mais pobres, excluem do trabalho e do mercado e destroem a natureza. Não negamos a importância da economia. Queremos, sim, que seu rigor e seus recursos estejam a serviço de toda a comunidade humana nos seus aspectos sociais e políticos, ecológicos e culturais.

Urge uma nova postura ética que oriente a convivência humana, a política, o econômico e o social na construção de uma sociedade livre e justa, participativa e solidária, confiável e respeitosa dos direitos fundamentais de todo ser humano, alicerce da democracia e incentivo ao diálogo sincero e transparente. Só assim cresce a consciência de uma cidadania responsável, que envolve sonhos e utopias, ideais e realizações, o direito e o gosto de viver e de ser feliz, de partilhar e de se comunicar. O investimento no social e a construção interior do ser humano se tornam alavanca do autêntico progresso econômico e político. A busca da estabilidade econômica não pode ser construída às custas da instabilidade social. O fortalecimento da economia não pode ser alcançado às custas da perda de autonomia do País e do enfraquecimento das conquistas sociais.

A Igreja estimula e apóia seus filhos, sobretudo os cristãos leigos e leigas, para que participem da coisa

pública, com responsabilidade e competência, buscando modelos novos de sociedade, que integrem o econômico e o político em favor do social e do cultural.

Caminhando entre luzes e sombras, temos certeza de que com diálogo e vivência fraterna, com uma ordem econômica nova e respeito à dignidade da pessoa humana, estamos caminhando verdadeiramente para uma Páscoa Redentora.

Brasília-DF, 25 de fevereiro de 1999

APELO EM FAVOR DA PAZ

Jesus Cristo, Caminho, Verdade e Vida, oferece a seus discípulos temerosos a PAZ!

Nossos tempos estão marcados por violências, guerras. A Igreja em sua caminhada rumo ao "novo milênio" coloca-se, neste ano, nos braços do Pai, procurando viver e anunciando a reconciliação, a caridade e a solidariedade entre todos.

Toda guerra é maldita! O caminho para a paz é a vivência da fraternidade, da justiça. Jamais a guerra! São Tiago nos diz: "o fruto da justiça é semeado na paz para aqueles que promovem a paz" (Tg 3,18). Acreditamos, pois, que as soluções para os conflitos devem ser buscadas no diálogo, não através de armas!

Reunidos em Brasília, nós Bispos da Presidência e Comissão de Pastoral da CNBB convidamos:

- nossas comunidades, pastorais e movimentos, para que rezem pela PAZ, pedindo, com urgência, que cessem as escandalosas guerras nos Balcãs e Continente Africano;
- a nos engajarmos, decididamente, nas campanhas contra a violência e a favor do desarmamento que estão em andamento em vários lugares, no Brasil;

– as Dioceses para que promovam momentos comunitários de oração pela paz e promovam iniciativas concretas contra a violência.

Acatamos firmemente o desejo do Papa João Paulo II:

"Das Igrejas particulares da América deve levantar-se uma voz profética, que denuncie tanto o rearmamento quanto o comércio escandaloso de armas de guerra, o qual consome enormes somas de dinheiro que deveriam ser, pelo contrário, destinadas a combater a miséria e a promover o desenvolvimento. Por outro lado, o armazenamento de armas constitui uma causa de instabilidade e uma ameaça para a paz. Eis por que a Igreja permanece vigilante diante do risco de conflitos armados, até mesmo entre nações irmãs. Esta, como sinal e instrumento de reconciliação e de paz, deve procurar com todos os meios possíveis, inclusive através da mediação e da arbitragem, agir a favor da paz e da fraternidade entre os povos" (EA, 62).

Colocamos no coração de todos estas palavras do Senhor:

"Felizes os que promovem a paz; eles serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9). "Eu vos deixo a paz, eu vos dou a minha paz" (Jo 14,27).

Brasília-DF, 26 de maio de 1999

Os Bispos da Presidência
e Comissão de Pastoral da CNBB

NOTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB E DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL SOBRE O TIMOR LESTE

Timor Leste, nação irmã, sofre um verdadeiro genocídio perpetrado pelas "milícias", sob os olhares omissos e coniventes das Forças Armadas Indonésias. Como Bispos católicos, levantamos nossa voz solidária ao clamor do povo timorense, cujo sangue derramado brada ao céu.

Urgimos o Governo brasileiro, a União Européia, a Organização dos Estados Americanos, as Nações Unidas e todos os membros da comunidade internacional a pressionarem o governo indonésio para que cesse imediatamente todo ato de violência contra o povo timorense em seu território nacional e fora dele, e seja acatado o resultado do recente plebiscito. A comunidade internacional não pode tolerar que um plebiscito, livre e democraticamente realizado, seja inviabilizado por tão cruel banho de sangue. Neste momento, o povo do Timor Leste deve ter a certeza de que não será abandonado.

Urgimos, outrossim, que cesse toda ajuda militar e venda de armas à Indonésia.

Esperamos que a Força Internacional de Paz assegure a tranqüilidade em toda a Ilha, sem a presença de nenhuma organização militar ou paramilitar Indonésia no Timor Leste.

A Igreja Católica no Brasil apóia o envio do contingente da Polícia do Exército e pede ao Governo brasileiro planeje e divulgue à Sociedade iniciativas de apoio à reconstrução do Timor Leste, especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento. Convoca todos os brasileiros de boa vontade a se fazerem presentes nesta reconstrução com ajuda financeira e com trabalho educacional. Possa também a Igreja missionária do Brasil substituir os que tombarem pela fé, movidos pelo amor para com os timorenses.

Sugerimos a todas as Denominações Religiosas do Brasil um dia de oração e coleta pela nação timorense em 10 de outubro de 1999. O resultado da coleta poderá ser depositado na conta da Cáritas Brasileira: n. 222.000-8 – Agência 3475-4 – Banco do Brasil – Brasília/DF.

Elevamos a Deus nossas preces em favor da justiça e da paz no Timor Leste martirizado.

Brasília-DF, 22 de setembro de 1999

"O Espírito do Senhor está sobre mim, porque Ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista e para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor. [...] Hoje se cumpriu aos vossos ouvidos esta passagem da Escritura" (Lc 4,18-19.21)

JUBILEU 2000 E DÍVIDA EXTERNA

Nota da Presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB

Estamos vivendo o Grande Jubileu da Encarnação de Jesus. O Santo Padre João Paulo II nos preparou para este evento de Graça a partir de 1994 com a Carta Apostólica "Tertio Millennio Adveniente". Afirma ele no número 51: "No espírito do livro do Levítico (25,8-12), os cristãos deverão fazer-se voz de todos os pobres do mundo propondo o jubileu como um tempo oportuno para pensar, além do mais, numa consistente redução senão mesmo no perdão total da dívida internacional, que pesa sobre o destino de muitas nações".

Na "Ecclesia in America", o Papa volta a insistir: "A existência de uma dívida externa que sufoca não poucos povos do Continente americano constitui

um problema complexo. Mesmo sem abordar seus numerosos aspectos, a Igreja, na sua solicitude pastoral, não pode ignorar este problema, pois se refere à vida de tantas pessoas" (EA, n. 59).

De fato, "só o pagamento dos juros já constitui para a economia das nações pobres um peso que priva as autoridades da disponibilidade de dinheiro necessário para o desenvolvimento social, a saúde e a instituição de um fundo gerador de emprego" (EA, n. 22).

Impelida por esta exortação, a Igreja no Brasil, através da CNBB, vem buscando desenvolver um processo de conscientização sobre os efeitos negativos da dívida externa e interna sobre a população brasileira.

Este processo vem crescendo a partir do "Projeto Rumo ao Novo Milênio" e das diversas "Semanas Sociais" e, neste ano jubilar, desemboca num esforço conjunto das Pastorais Sociais da CNBB, em parceria com mais de 50 entidades e movimentos, visando fazer com que toda a população tome conhecimento desta situação.

Esta movimentação terá seu momento forte na Semana da Pátria deste ano, quando acontecerão atos de conscientização e esclarecimento, culminando com a participação em um plebiscito popular.

Vimos instar nossos irmãos no episcopado, a fim de que, no espírito do Jubileu, da prática de Jesus e iluminados pela palavra do Santo Padre, busquem intensamente formas de levar à população e às autoridades a preocupação com este grave problema que afeta sobretudo os pobres de nosso país.

Pedimos a todos os pastores e ao Povo de Deus que apóiem este processo, segundo as formas mais adequadas à sua realidade local, a fim de tornar efetiva esta solicitude pastoral.

Brasília-DF, 30 de junho de 2000

NOTA DA CNBB SOBRE O COMPROMISSO ECUMÊNICO DA IGREJA CATÓLICA

A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em comunhão com o Papa João Paulo II que, no dia *18 de setembro de 2000,* reiterou *ser irrevogável o empenho da Igreja Católica para com o diálogo ecumênico*, por ocasião da recente Declaração *Dominus Iesus* da Congregação para a Doutrina da Fé, deseja reafirmar o seu compromisso ecumênico.

Manifesta a todos os cristãos a estima da Igreja Católica que os reconhece justificados pela fé e incorporados a Cristo e os abraça com fraterna reverência e amor como *irmãos no Senhor*. Considera também que *suas Igrejas de forma alguma são destituídas de significação e importância no mistério da salvação* (cf. UR). Acredita que o movimento ecumênico, surgido entre os irmãos e irmãs de outras Igrejas para restaurar a unidade de todos os cristãos, é uma obra do Espírito Santo.

Reafirma também os compromissos assumidos com as Igrejas parceiras nos organismos ecumênicos CONIC e CESE, para cuja constituição contribuiu como membro fundador. De acordo com os estatutos

solenemente assinados, garante a todos os irmãos e irmãs que continuará a sentar-se à mesa do diálogo *de igual para igual*, na busca comum da verdade e no serviço à humanidade.

Continua examinando, com espírito sincero e atento, o que, no interior da própria Família católica no Brasil, deve ser renovado e realizado, para que sua vida dê um testemunho mais fiel e luminoso da doutrina e dos ensinamentos recebidos de Cristo por meio dos Apóstolos.

Exorta o clero e os fiéis católicos a fazerem do ecumenismo uma prioridade e a promoverem tudo o que for necessário a fim de que o testemunho da comunidade católica possa ser compreendido em toda a sua pureza e coerência, superando as incompreensões herdadas do passado e estabelecendo com os irmãos e irmãs evangélicos laços cada vez mais fortes de recíproca confiança e amizade.

Consciente de que o propósito da reconstituição da unidade da Igreja é um dom de Deus que nos impele a seguirmos juntos pelos caminhos da plena comunhão, coloca inteiramente a sua esperança na oração de Cristo pelos discípulos, no amor do Pai para conosco e na força do Espírito Santo.

Brasília-DF, 28 de setembro de 2000

MENSAGEM DE NATAL

Celebrando o Grande Jubileu dos dois mil anos do nascimento de Jesus, nós, Bispos da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB, queremos chegar aos lares brasileiros para levar a todos uma palavra de esperança e alegria.

Na cena do Presépio contemplamos o Menino Jesus acolhido com ternura por Maria e José.

Com os anjos, os pastores, os magos e toda a natureza adoramos o Filho de Deus que se tornou pobre. Apaixonado pelo ser humano, Jesus percorre nossos caminhos até dar sua vida na cruz e, com sua ressurreição, nos garante a vida em plenitude.

Na celebração do Ano Jubilar procuramos confrontar nossa vida com os ensinamentos de Jesus. Pela conversão dos corações, no diálogo ecumênico e na busca da justiça, vivemos a esperança da manifestação plena do Reino.

Neste Natal reconhecemos com tristeza que ainda persistem em nosso país enormes desigualdades e desrespeito à dignidade humana. Diante do Presépio somos interpelados pela realidade de tantas crianças sem carinho, sem lar, sem alimentação, sem acesso à educação e sem atendimento à saúde. Com perplexi-

dade tomamos conhecimento da Proposta de Emenda Constitucional estabelecendo que crianças a partir de onze anos passem a responder como adultos por crime, desde que tenham consciência do que fizeram. Que triste "presente de Natal" para as crianças brasileiras!

A Festa do Natal nos leva também a pensar na família. Ao nascer numa família Jesus a consagrou como lugar privilegiado para o cultivo das virtudes humanas. Reafirmamos nossa confiança nas famílias, hoje tão ameaçadas pela falta de condição de vida e minadas em seus valores morais.

No início do novo milênio, reafirmamos nosso propósito de continuar na luta pela vida e contra tudo o que gera morte, pelo resgate das dívidas sociais e cancelamento da dívida externa. Juntos estaremos também na Campanha da Fraternidade do próximo ano, com o lema: *Vida sim, drogas não*.

Com o *Projeto Ser Igreja no Novo Milênio,* à luz da experiência dos primeiros cristãos, almejamos construir comunidades onde a solidariedade prepare, com Maria, a gestação de uma humanidade segundo o Projeto de Deus.

Formulamos votos de paz para toda a humanidade. Com os olhos voltados para Belém rezamos pela superação dos conflitos entre os povos da Terra Santa. Desejamos dias melhores para a nação brasileira. Jun-

tos possamos cantar: *Glória a Deus no mais alto dos céus e paz na terra a todos por Ele amados.*

Brasília-DF, 12 de dezembro de 2000
Festa de Nossa Senhora de Guadalupe,
padroeira da América

CRISTO LIBERTA DE TODAS AS PRISÕES

Nota da Presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB sobre a situação carcerária no Brasil

Uma vez mais a sociedade brasileira teve diante de seus olhos a realidade triste de nosso sistema prisional. As recentes rebeliões nos presídios do Estado e São Paulo acrescentaram um preocupante esquema de articulação e o grito da população carcerária por um tratamento mais digno.

Louvamos as iniciativas públicas e privadas que tentaram e ainda tentam, com corajosa criatividade e generosidade, reverter este quadro aterrador. Vemos porém que pouco se consegue fazer diante da resistência dos grandes interesses financeiros e políticos que se alimentam desta situação. A corrupção freqüentemente distorce ou retarda o trabalho da justiça. Há um desvio inaceitável de recursos financeiros destinados constitucionalmente a soluções humanas e técnicas do sistema prisional e que são retidos para satisfazer a interesses políticos e compromissos com o sistema financeiro internacional.

Reafirmamos nosso desejo de contribuir para colocar a pessoa humana dos encarcerados e de suas famílias no centro do caminho educativo que vise a sua reintegração plena na sociedade. Para isto propomos:

- uma agilização da situação jurídica da população carcerária;
- o oferecimento de penas alternativas;
- a multiplicação de estruturas presidiárias menores, onde o detento possa estar mais perto de seu ambiente familiar;
- a oferta de possibilidade de trabalho que os retire do ócio;
- a educação básica e profissional;
- o cuidado de sua saúde física, psicológica e espiritual;
- o envolvimento da comunidade em sua plena reabilitação;
- a criação de escolas ou institutos para a formação humana, espiritual, moral e profissional dos agentes carcerários.

A Igreja Católica sempre procurou motivar a reflexão e ação do povo brasileiro para a solução deste grave problema. São provas disso as campanhas da Fraternidade de 1997 com o lema: "Cristo liberta de todas as prisões", a do ano 2000, ecumênica: "Dignidade Humana e Paz" e a deste ano: "Vida sim, drogas

não”, onde também se enfoca o drama de dor e morte que as drogas e seu tráfico estão trazendo para toda a sociedade com reflexos no sistema carcerário do País. A Pastoral Carcerária tem sido manifestação concreta da presença da Igreja nas prisões.

Acreditamos na força de Cristo Ressuscitado, e esperamos o dia em que seremos libertos de todas as prisões e de tantas violências que esmagam pessoas e enlutam famílias. Queremos ouvir com alegria no juízo final: “Vinde benditos de meu Pai, possuí o reino que vos está preparado desde o início do mundo: porque estava no cárcere e vieste-me visitar” (Mt 25,34.36).

Brasília-DF, 22 de fevereiro de 2001

NOTA DA PRESIDÊNCIA E COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL PELA ÉTICA E DIGNIDADE NA POLÍTICA

Acompanhamos, estarrecidos, as graves denúncias de corrupção envolvendo os três poderes da República. Esses casos refletem a deterioração ética que ameaça toda a sociedade. Aliada ao crescente empobrecimento do povo, esta situação corrói as bases da democracia. Gera instabilidade política e aumenta a insegurança.

Impelidos pela fidelidade ao Evangelho, não podemos deixar de falar. Desejamos uma apuração imediata e transparente, utilizando os instrumentos legais de que dispõe a sociedade, entre eles a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Deixar de apurar denúncias e elucidar fatos, mantendo-os encobertos e, conseqüentemente, impunes, favorece o descrédito das instituições e o desgaste da função política.

Como Pastores, unimo-nos aos esforços da sociedade civil e do Estado na construção de uma nação fundamentada nos imperativos éticos e na dignidade humana.

Brasília-DF, 29 de março de 2001

NOTA DE APOIO

Nós, Bispos da Presidência e da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reunidos em Brasília, saudamos os participantes da 3ª CONFERÊNCIA MUNDIAL (ONU) CONTRA O RACISMO, A DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, que se realiza em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro próximos.

Manifestamos o desejo de que esse importante evento se torne efetivamente um marco significativo na construção de uma sociedade onde a riqueza da diversidade cultural e racial fortaleça a comunhão, fazendo desaparecer todo tipo de intolerância, divisão e discriminação.

Reconhecemos que em nosso país, nestes 500 anos, foram dolorosamente marcantes o sofrimento e a discriminação impostos aos povos indígenas e aos povos de origem africana.

Esse sofrimento e essa discriminação repercutem e estão presentes até hoje na vida social do Brasil, submetendo nosso povo a uma situação de pobreza, miséria e exclusão. Dados estatísticos de 1999[1] mos-

---

[1] Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), do Ministério do Planejamento.

traram que os negros(as) somavam 45% da população brasileira, enquanto correspondiam a 65% da população pobre e a 69% da população indigente. A desigualdade social no Brasil resulta não apenas da injusta distribuição da riqueza e de políticas econômicas, mas está enraizada também em diferenciações e comportamentos discriminatórios. Os povos indígenas, dizimados em todo o processo de colonização, são sistematicamente desrespeitados em seus direitos constitucionais. Vemos, também com preocupação, o crescimento da xenofobia e da intolerância contra diversos grupos por motivos étnicos, religiosos e sociais.

Por outro lado, constatamos com alegria, nos últimos tempos, o crescimento e a força dos movimentos populares, sua organização e suas ações afirmativas na sociedade civil, nas diversas Igrejas e em outras experiências religiosas, o que tem contribuído para a superação dessa injusta situação.

A Igreja Católica no Brasil, querendo ser fiel à missão de Jesus Cristo, que por sua cruz e ressurreição destruiu todo muro de separação, se faz presente nessa Conferência através de seus representantes e de suas orações. Exortamos todo o Povo de Deus a colocar-se a serviço da vida e da esperança, "acolher, com abertura de espírito as justas reivindicações de movimentos — indígenas, da consciência negra, das mu-

lheres e outros — [...] e empenhar-se na defesa das diferenças culturais, com especial atenção às populações afro-brasileiras e indígenas".[2]

Brasília-DF, 29 de agosto de 2001

[2] CNBB, Brasil – 500 anos, Diálogo e Esperança, Documento 65, n. 59.

REPÚDIO À GUERRA E APELO EM FAVOR DA PAZ

"Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus" (Mt 5,9).

A Presidência e a Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, há um mês, se posicionava contra o iminente ataque militar ao Iraque. O que temíamos está acontecendo: grande número de mortos e feridos, refugiados e deslocados. Lembrávamos ainda que, nesse círculo vicioso e perverso da violência, a população civil seria a maior vítima.

Diante do horror da presente guerra, gerando destruição, derramamento de sangue, aumento do número de órfãos, viúvas, mutilados e refugiados, multiplicam-se por toda parte os movimentos pela paz e as manifestações públicas contra a guerra. Bandeiras brancas se levantam aos milhares nas ruas e praças de tantas cidades em todos os continentes, como apelo para que os responsáveis escutem o clamor do povo e a voz de Deus.

Essa guerra, considerada preventiva, é imoral, ilegal e injusta. A ONU é posta de lado pelos países que integram e apóiam a Coalizão. Quebra-se o arcabouço jurídico internacional. Aumenta a divisão entre as nações.

Nutrem-se ressentimentos. Estimulam-se ações terroristas. É preciso terminar com esse verdadeiro massacre e impedir que se espalhem por todo o mundo novas ondas de violência. Urge substituir as armas por um novo pacto de solidariedade, baseado na justiça, na verdade e na convivência tolerante e pacífica entre os povos. Não se pode falar em reconstrução do Iraque, quando chovem bombas e o país é loteado segundo os interesses de empresas e nações estrangeiras.

Associamo-nos ao Papa João Paulo II, que tem levantado sua voz firme, profética e incansável na denúncia da guerra e na busca da paz, chamando a atenção para as conseqüências desse conflito quanto à convivência entre povos, nações e religiões. "É a própria civilização que está em perigo. Essa guerra representa uma derrota para a humanidade." Expressamos nosso apoio ao Governo Brasileiro, que tem feito diversas gestões manifestando-se contra a guerra e propondo soluções negociadas em favor da paz.

Unimos nossa voz ao clamor de homens e mulheres de todos os países do mundo, para que os responsáveis pelo atual e injustificável conflito ordenem a suspensão dos combates, deponham as armas e, sob o comando da ONU, iniciem negociações que conduzam à paz no Oriente Médio.

Brasília-DF, 2 de abril de 2003

MENSAGEM AO POVO DE DEUS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB – CELEBRANDO OS 25 ANOS DO PONTIFICADO DO PAPA JOÃO PAULO II

Ao tempo em que no Brasil celebramos a Festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Mãe, Rainha e Padroeira nossa, nos unimos ao Papa João Paulo II, comemorando no próximo dia 16 de outubro os 25 anos de seu Pontificado.

Damos graças a Deus Uno e Trino por tê-lo conduzido com fidelidade à frente de sua Igreja. Sabemos o quanto o Papa nos ama. Também nós o amamos muito. Nosso amor e gratidão nascem do reconhecimento carinhoso pelo seu ministério apostólico, desempenhado com incansável dedicação.

Fundada por Jesus Cristo, a Igreja n'Ele se alicerça e se edifica sobre o fundamento daqueles que Ele instituiu como Apóstolos. "Creio na Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica." Nós professamos a mesma fé que os Apóstolos nos transmitiram. A missão da Igreja é testemunhar o Evangelho, tornando discípulos de Jesus todas as nações da terra (cf. Mt 28,18ss).

Os Bispos são os sucessores dos Apóstolos. Exercem o seu ministério em Comunhão Eclesial, presididos por Pedro, o Bispo de Roma, porquanto a Pedro é confiada a missão de "confirmar os irmãos na fé" (cf. Lc 22,32).

Aos Bispos é participada a missão de testemunhar a Fé, crendo, ensinando, celebrando e vivendo-a com o povo santo de Deus. Nossa comunhão afetiva e efetiva com o Santo Padre é também certeza e garantia de nos conservarmos fiéis à mesma Fé ensinada pelos Apóstolos.

Dentre os 12 apóstolos, Pedro é escolhido e chamado por primeiro. Jesus muda-lhe o nome de Simão para Pedro, confiando-lhe as chaves do Reino dos céus (cf. Mt 16,18-19). Declara-o como fundamento visível e pastor universal de sua Igreja, para presidi-la na unidade e na caridade.

A Tradição cristã reconhece Pedro como aquele que fala em nome dos outros apóstolos e a principal testemunha da ressurreição de Jesus.

Há 25 anos por graça e providência de Deus, o Papa João Paulo II conduz a nossa Igreja com sabedoria, coragem e testemunho de santidade.

Papa insiste no conhecimento e obediência dos Mandamentos divinos, na busca do diálogo, da paz e da solidariedade entre os povos e nações. Seu pontificado é marcado pela firme defesa da vida, pela promoção da dignidade da pessoa humana e dos valores da família.

Estes 25 anos de missão estão marcados, ainda, pelo amor à juventude do mundo inteiro, pela dedicação ao ecumenismo, ao diálogo inter-religioso, bem como às inovações de um ardor Evangelizador, através de suas incontáveis viagens apostólicas em todo o mundo.

O Papa João Paulo II iniciou o seu ministério como Pastor Universal de nossa Igreja, com palavras de confiança: "Não tenham medo", convocando-nos a "Abrir as portas a Cristo Redentor". Recordamos com gratidão que o Papa se tornou um Peregrino e Missionário, para proclamar a Boa-Nova a todos os povos e nações.

João Paulo II exorta a Igreja "a caminhar na esperança", devendo enfrentar os desafios encontrados no cumprimento de sua Missão Evangelizadora. Ele sempre nos motiva à prontidão para servir o ser humano e à sociedade, na fidelidade à verdade do Evangelho.

Dando graças por estes fecundos 25 anos de Pontificado do Papa João Paulo II, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil convida o povo em geral, as pessoas de boa vontade e a cada Comunidade Eclesial do Brasil para elevar preces de gratidão a Deus por ele. Supliquemos ao Senhor para que o conforte, dando-lhe forças e luzes para levar até o fim a sua missão.

Nestes dias de festa jubilar, recomendamos que, em família e em comunidade, recitem a oração do Santo Rosário, tão querida do Papa João Paulo II.

Convidamos a todos para que acompanhem a programação jubilar organizada pelas Dioceses e Paróquias, pela CNBB e ainda as comemorações que serão realizadas em Roma, nos dias 16 a 19 de outubro, veiculadas através dos meios de comunicação social.

Nós celebraremos Santas Missas em ação de graças, na Basílica Nacional de Aparecida, no dia 19 de outubro, às 10 horas, e na Catedral de Brasília, no dia 29 de outubro, às 20 horas.

À Santa e Imaculada Mãe de Deus, Nossa Senhora Aparecida, a quem o Santo Padre o Papa João Paulo II consagrou o seu ministério como sucessor de Pedro, agradecidos suplicamos sua bênção maternal e muitas graças no sustento de sua vida e do seu ministério apostólico.

Brasília-DF, 25 de setembro de 2003

† Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Presidente da CNBB

† Dom Antônio Celso de Queirós
Vice-Presidente da CNBB

† Dom Odilo Pedro Scherer
Secretário-Geral da CNBB

Recomendamos que esta mensagem seja lida nas Celebrações da Semana de 12 a 19 de outubro de 2003.

FELIZES OS QUE PROMOVEM A PAZ (Mt 5,9) — APELO AOS PARLAMENTARES —

"Não matarás" (Ex 20,13)

O Congresso Nacional deverá votar, nas próximas semanas, o Projeto de Lei que dispõe sobre registro, comercialização e posse de armas de fogo.

O imperativo ético de defesa da vida, em especial dos mais fracos e desprotegidos, impele a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil a dirigir-se aos nossos deputados e senadores, para que defendam firmemente a erradicação da violência em nosso país.

Dados da ONU, referentes a 1999, mostram que os brasileiros correm 4 vezes mais risco de serem mortos por arma de fogo do que a média dos demais países. Embora não estejamos em guerra, aqui é onde ocorrem mais óbitos por arma de fogo. A violência nas cidades e no campo chegou a limites insuportáveis. A insegurança da população constitui um dos nossos problemas mais graves, como revelam pesquisas sobre as principais preocupações dos brasileiros e brasileiras. Sabemos que não é autorizando o porte de armas que se aumenta a segurança: 7 em cada 10 assaltos terminam em morte da vítima quando ela está

armada. O acesso a uma arma de fogo favorece muitas mortes por motivos fúteis, transformando desentendimentos corriqueiros em tragédias familiares ou assassinato de pessoas amigas. Enfim, cumpre lembrar o drama dos acidentes domésticos e das "balas perdidas".

Essa realidade de violência que permeia nosso cotidiano exige uma posição firme contra o comércio e porte de armas de fogo e em favor de uma política de segurança pública respeitosa dos Direitos Humanos. Este é um passo fundamental para a construção da paz, tarefa para a qual somos chamados, não obstante um mundo tão violento.

A Paz é muito mais que ausência de violência e de derramamento de sangue. A Paz é, antes de tudo, obra da justiça, cultura da paz. Onde as desigualdades provocam injustiça, não pode existir paz. Só se constrói a paz quando a ordem social e política promove a justiça nas relações entre as pessoas, comunidades, países e nações. O desenvolvimento integral é o novo nome da paz.

A encíclica *Pacem in Terris* do Papa João XXIII, atento aos sinais dos tempos, reelabora a noção do bem comum em horizonte mundial e, assim, fundamenta uma autoridade pública em âmbito internacional. Esta encíclica ainda hoje é uma referência para a paz mundial, inclusive para a missão da ONU.

A Paz é uma tarefa permanente, nos diz o Papa João Paulo II na sua mensagem de primeiro de janeiro de 2003. É um dom de Deus a concretizar-se por gestos de paz e por uma cultura de real reconciliação pessoal e social.

Seguidores de Jesus, que nos dá a sua paz para que a levemos a todos os quadrantes do Planeta, clamamos ao povo brasileiro e a seus representantes que sejam radicais na eliminação de facilidades de acesso a armas de fogo, não obstante as pressões de interesses contrariados.

Assim, poderemos rezar como São Francisco, cuja festa celebramos no dia 4 de outubro, em espírito e verdade: *Senhor, fazei de mim instrumento de vossa paz...*

Brasília-DF, 24 de setembro de 2003

† Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Presidente da CNBB

NOTA DA CNBB SOBRE O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS NAS ESCOLAS

Os Ministérios da Saúde e da Educação iniciaram um programa de distribuição de preservativos nas Escolas Públicas do Ensino Fundamental e Médio. Em face desse programa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, fiel à sua missão, considera-se no dever de chamar a atenção de todos para alguns aspectos que lhe parecem imprescindíveis:

1) É louvável a preocupação do Poder Público para evitar a propagação da AIDS e a gravidez precoce. Contudo, não lhe parece que o método utilizado seja adequado. Pesquisas científicas mostram que há uma porcentagem significativa de infecção, mesmo com o uso do preservativo. Este não oferece garantias totais.

2) A CNBB sente a urgência de um verdadeiro plano de educação afetiva e sexual. A vida sexual não pode ser banalizada. A vivência da sexualidade é uma das expressões do amor. Requer afetividade, doação, responsabilidade e fidelidade. A relação sexual encontra no matrimônio sua verdadeira e plena expressão.

3) A educação afetiva e sexual é tarefa que compete primordialmente aos pais. O ambiente familiar é o lugar natural para transmitir valores, para promover a dignidade da mulher e do homem e do verdadeiro significado dessa relação afetiva e sexual.

4) Em vista disso, a CNBB se empenha em apoiar e desenvolver campanhas educativas, formativas e informativas que visam ampliar os conhecimentos de toda a população, especialmente dos adolescentes e jovens, para que tenham um estilo de vida saudável, comportamentos pautados nos valores humano-cristãos, e não, simplesmente, na mera distribuição de preservativos.

5) A Igreja no Brasil já assumiu o serviço de prevenção de HIV e da assistência a soropositivos e, sem preconceitos, acolhe, acompanha e defende o direito à assistência médica e gratuita daquelas e daqueles que foram infectados pelo vírus da AIDS. Faz, também, um trabalho de prevenção, pela conscientização dos valores evangélicos, sendo presença misericordiosa e promovendo a vida como bem maior (cf. *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil*, n. 123 – Doc. 71, 2003).

6) É preciso trabalhar as questões de prevenção da AIDS de forma ampla. Urge enfatizar a dignidade e os valores da vida, da saúde e da sexualidade. A CNBB

reconhece a complexidade humana e busca contribuir para que o homem e a mulher cresçam na conquista dos verdadeiros valores que os tornem felizes conforme os planos de Deus.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2003

Pelo Conselho Episcopal Pastoral

† Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Presidente da CNBB

Presidência

NOTA DA PRESIDÊNCIA E COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL DA CNBB

Justiça e Paz se abraçarão

A paz é um dos anseios mais profundos de toda a humanidade. As manifestações em favor da paz, que se multiplicam por toda parte, explicam-se diante da agitação febril de ameaça de guerra e de iminente ataque militar contra o Iraque. São desastrosos os efeitos de um conflito armado. As previsões quanto ao número de mortos, feridos, deslocados e refugiados são alarmantes, gerando novos ódios e revanches.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 não podem servir de pretexto para reacender a chama de um belicismo inconseqüente e para justificar a corrida armamentista. Interesses econômicos nem sempre explícitos ocultam-se por trás do alegado combate ao terrorismo. A guerra não é o caminho para acabar com a violência. Agressividade traz retaliação e tende a perpetuar um círculo vicioso em que a população civil é a principal vítima.

A paz tem sido um dos temas mais recorrentes do ensino social da Igreja. Basta lembrar a Constituição Pastoral *A Igreja no Mundo de Hoje*, do Concílio

Ecumênico Vaticano II, as encíclicas *Pacem in Terris*, de João XXIII, *Populorum Progressio*, de Paulo VI, e os inúmeros pronunciamentos de João Paulo II, de modo especial suas declarações e gestos mais recentes em busca da paz. Diz o Papa, em seu discurso ao Corpo Diplomático, em 13 de janeiro de 2003: "Não à guerra! Ela nunca é uma fatalidade! Ela é sempre uma derrota da humanidade".

A Igreja quer seguir as pegadas de seu Mestre: "Eu vos dou a paz, eu vos deixo a minha paz!" (Jo 14, 27). Evocamos aqui o testemunho de tantas pessoas que deram a vida pela paz! Em total dissonância com o toque dos tambores da guerra, proclamamos as palavras sempre atuais do profeta Isaías: "A paz é fruto da justiça!" (Is 32,17).

A verdadeira paz se constrói sobre novas relações internacionais, fundamentadas na defesa dos direitos humanos, na soberania das nações, numa justa distribuição dos benefícios do progresso e numa ética que, respeitando as diferenças culturais, possa combater as desigualdades sociais e econômicas. Isso significa fortalecer o papel da ONU e dos fóruns internacionais de negociação, bem como repulsa a toda pretensão unilateral de impor interesses próprios.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil une sua voz à de milhões de brasileiros e brasileiras e às aspirações dos povos do mundo inteiro, para erguer

a bandeira da paz. Convicta de que a paz somente será possível mediante relações justas, solidárias e fraternas entre nações, povos e pessoas, a CNBB dirige seu apelo a todas as comunidades para que intensifiquem sua oração e seu empenho em favor da paz.

Confiantes na intercessão de Maria, Rainha da Paz, temos a esperança de poder entoar em tom profético: "justiça e paz se abraçarão!" (Sl 85,11).

Brasília-DF, 19 de fevereiro de 2003

DECLARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CNBB SOBRE A "CARTA ABERTA" DO PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Os representantes da Igreja Católica entendem que a AIDS e as outras doenças sexualmente transmissíveis são um grave problema de saúde pública, que requerem políticas públicas eficazes para seu controle e combate.

Através de muitas organizações e pessoas a ela ligadas, a Igreja tem-se empenhado na prevenção, no acolhimento, no tratamento e na assistência a pessoas afetadas pelo vírus da AIDS e na superação de preconceitos diversos em relação a essas pessoas.

A Igreja deixa à ciência e à técnica o juízo sobre a eficácia dos diversos tipos de preservativos destinados à prevenção e ao combate da AIDS e de outras doenças sexualmente transmissíveis. No entanto, ela julga ser honesto, em relação aos usuários, avisar que os preservativos não são 100% seguros e também admitir que há outros métodos eficazes para evitar a transmissão da AIDS e de doenças sexualmente transmissíveis.

A Igreja propõe e não impõe seus argumentos a ninguém, mas também não aceita a demonização

preconceituosa de suas convicções e a imposição, à sociedade, de um pensamento oficial e único sobre a matéria em questão. Não basta uma solução pragmática para um problema que envolve a liberdade e a responsabilidade das pessoas e tem sérias conseqüências sociais.

A Igreja é contrária ao uso dos preservativos, como método de prevenção contra AIDS, não somente por razões de ordem moral (dogmática), mas por motivos educativos e pedagógicos, que estão na ordem da racionalidade. Os argumentos de ordem moral não são insignificantes nem racionalmente infundados. Trata-se de compreender o significado antropológico da sexualidade humana, como dimensão da pessoa e chamado à comunhão interpessoal, ao dom recíproco de um homem e de uma mulher, à elaboração comum um projeto de vida destinado a durar no tempo e aberto a gerar filhos e a educá-los, gerando, ao mesmo tempo, um povo, uma história, ambientes de afetividade e de solidariedade recíproca, na responsabilidade partilhada diante da vida, nas suas diferentes circunstâncias.

A Igreja Católica adverte a respeito da grave responsabilidade de quem promove medidas contrárias aos autênticos princípios educativos, que contribuem para uma formação distorcida da adolescência e da juventude. A distribuição sistemática de preservativos nas escolas da rede pública de ensino poderia ser rece-

bida pelos alunos como um incentivo ao exercício, sem limites e sem critérios, da sexualidade. Tal programa parecerá a legitimação de hábitos de uma sexualidade precoce, cujas conseqüências podem ser prejudiciais à correta educação e formação da personalidade e do comportamento moralmente e socialmente responsável, o que deveria ser um dos objetivos de qualquer projeto educativo

A Igreja recomenda a cada pessoa um comportamento moralmente e socialmente responsável, em todos os sentidos, sem excluir aquilo que se refere à prática do sexo e às atitudes que possam favorecer a difusão de doenças.

Ela entende que esta sua atitude é correta e socialmente responsável e que é seu direito e dever, num País democrático e pluralista, falar abertamente de suas próprias convicções à sociedade, na certeza de que a educação para hábitos saudáveis e para a prática da virtude dignifica a vida humana e também é uma ajuda inestimável no combate à proliferação de doenças. Assim fazendo, a Igreja se submete, sem temor, ao tribunal da história e ao julgamento de Deus.

A CNBB também esclarece que, em nenhuma ocasião, nem em Assembléia Geral, nem por declaração dos que representam a Entidade, ela afirmou que o preservativo é, "dos males, o menor".

A CNBB entende ainda que a Justiça, ao proibir a veiculação de certo vídeo, agiu de maneira correta e dentro da lei, não contrariando a liberdade e o direito de expressão de quem quer que seja, mas assegurando o direito de uma Instituição que se sentia injustamente lesada.

Brasília-DF, 9 de dezembro de 2003

† Card. Geraldo Majella Agnelo
Presidente da CNBB

† D. Antônio Celso de Queirós
Vice-Presidente da CNBB

† D. Odilo Pedro Scherer
Secretário-Geral da CNBB

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA CNBB "SOLIDARIEDADE AO BISPO DIOCESANO, AOS MISSIONÁRIOS E AOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA"

Estamos aqui, em nome dos Bispos da CNBB, na Região Amazônica, assumida como prioridade pastoral em nossa Assembléia Geral de 2002. Esta Região, não menos importante para todo o povo brasileiro por tratar-se de uma Região de grandes potencialidades, especialmente por sua sociobiodiversidade, é uma região de grande futuro, pois contém uma riqueza cultural e étnica da maior relevância.

São mais de dez povos indígenas, representando parcela expressiva da população e um dos processos organizativos mais ativos, consistentes e de muita luta e coerência. E é exatamente junto a esses povos e por acreditar neles que aqui também se desenvolveu uma das mais belas páginas da ação missionária, após o Concílio Vaticano II e a criação do Conselho Indigenista Missionário — CIMI.

E foi por se colocar decididamente ao lado dos povos indígenas em suas lutas pelos direitos constitu-

cionais, que os missionários sofreram e estão sofrendo violências, calúnias e ameaças.

A CNBB sempre acompanhou de perto, e com particular atenção, a caminhada da Igreja Missionária de Roraima e toda sorte de ataques e violências que tem sofrido nestes últimos anos. Por esta razão, quando na década de oitenta, os missionários da Missão Catrimani foram caluniados e expulsos, prontamente o presidente da CNBB, na época Dom Luciano Mendes de Almeida, veio para cá trazer sua solidariedade e inteirar-se dos acontecimentos.

Agora, após mais uma afronta e agressão aos missionários, seqüestrados e ameaçados, não poderíamos deixar de vir para cá com o mesmo espírito solidário e de total apoio à corajosa e coerente ação dos nossos missionários.

Foram depredadas as dependências da Missão Surumu, símbolo da ação missionária, e que foi o palco de inúmeros e importantes acontecimentos do movimento indígena neste Estado, como as Assembléias dos Tuxauas. Há poucos dias aí foi realizada a 33ª Assembléia do mesmo povo. Um belo exemplo de determinação, coragem e democracia.

Viemos para dizer que os Bispos da Igreja Católica no Brasil, através de sua Presidência, estão solidários

com a Igreja local de Roraima, com seu Bispo, Dom Apparecido José Dias, com os missionários, especialmente os que atuam junto aos povos indígenas. Eles são um testemunho evangélico de compromisso com a causa dos povos indígenas, e uma voz profética diante de uma realidade tão hostil e agressiva aos índios e aos que os defendem. Não podíamos deixar de manifestar nossa preocupação diante das recentes violências cometidas contra os missionários, a Igreja local e os povos indígenas e nossa desaprovação dos atos de ódio e ganância; ao mesmo tempo, apelamos para que esses crimes sejam julgados e os culpados sejam punidos.

Queremos aqui também manifestar nossa solidariedade para com todos os povos indígenas daqui e, em especial, por todas as vítimas de violências e agressões. Cremos na justiça de Deus que julgará a cada um pelas suas obras.

Não poderíamos deixar de nos manifestar, neste momento importante da história do nosso país, sobre a aspiração e o direito mais importante dos povos indígenas do Estado de Roraima: trata-se da justa e constitucional homologação da área indígena Raposa, Serra do Sol, conforme a portaria 820/98; isto dará a garantia dos Poderes Constituídos do Brasil, para um futuro de paz e vida digna, aos mais de 15 mil índios que ali vivem. De fato, esta tem sido a luta de 30 anos

dos índios, para a qual sempre puderam contar com o apoio solidário dos missionários.

Igualmente desejamos ardentemente que as demais questões de terras indígenas em Roraima, como em todo o País, sejam resolvidas em breve tempo, para que o Brasil possa orgulhar-se de consolidar sua democracia dentro da pluralidade étnica e cultural que o caracteriza.

Finalmente, desejamos encorajar toda a Igreja presente em Roraima para que tenha esperança e confiança na Providência de Deus e, com ânimo renovado e vigor profético, continue a construir o Reino de Deus nesta Região: reino de amor, de justiça e de paz. Que a campanha "nós existimos" produza os frutos que se propõe: construir uma sociedade solidária, de irmãos, onde reinem, acima de tudo, o amor e a fraternidade.

Boa Vista-RR, 27 de fevereiro de 2004

† Cardeal Geraldo Majella Agnelo
Presidente da CNBB

† Dom Antônio Celso de Queirós
Vice-Presidente da CNBB

† Dom Odilo Pedro Scherer
Secretário-geral da CNBB

Outras mensagens

MENSAGEM AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A CARGOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO — JULHO DE 2002 —

As eleições que se aproximam são de vital importância para o Brasil. Conforme o resultado das urnas o Brasil poderá mudar de rumos. O nosso futuro depende da escolha dos candidatos que sufragarmos.

O povo não é uma massa amorfa de indivíduos atomizados. Ele é integrado por uma rede de entidades, a partir da célula primacial que é a família. Muitas dessas entidades buscam promover o bem comum, ultrapassando os limites do estritamente privado.

A Sociedade que aspiramos consolidar no Brasil é uma sociedade pluralista, que acolhe e respeita diversos modos de conceber a vida, desde que compatíveis com uma convivência democrática, e, ao mesmo tempo, uma sociedade justa e solidária, em que não haja nenhuma espécie de marginalizados e excluídos. Qualquer negação ou obstáculo quanto ao pluralismo é um resquício de totalitarismo que deve ser eliminado.

Como pessoas dedicadas à causa da educação, nossa preocupação maior concentra-se, neste ponto, sobretudo na solução dos problemas que a afetam, derivados de uma visão limitada da democracia, que não poderemos aceitar nos candidatos que iremos eleger com os nossos votos.

Em matéria de educação, sem dúvida, é função do Estado implantar uma rede pública de educação, de qualidade, a mais completa e abrangente possível. As Igrejas históricas defendem uma educação de boa qualidade para todos, há muitas décadas.

As Doutrinas Sociais das Igrejas e Organismos signatários, deste documento, defendem, no campo da educação, o princípio da solidariedade. A Doutrina Social da Igreja Católica, por exemplo, defende, também, a aplicação do princípio da subsidiariedade. O Estado tem o dever de criar escolas onde as mesmas não existem, ou sejam reclamadas por um determinado segmento da população, mas deve deixar às organizações intermédias da Sociedade a liberdade de atuar, fornecendo-lhes o apoio e o estímulo de que necessitem para cumprir as missões educativas, assegurando assim a efetiva liberdade de escolha dos pais, *que têm o direito de educar seus filhos a partir dos seus próprios princípios religiosos e valores de vida* (CNBB, 1992, Doc. n. 47, 106).

A Constituição garante a cada brasileiro a *liberdade de aprender e de ensinar* (art. 206, II). Estabelece também *o poder do Estado de assegurar a garantia de ensino fundamental obrigatório e gratuito* (art. 208, I). Em conseqüência deste dispositivo todo brasileiro, mesmo o carente de recursos, deveria ter garantido o acesso ao ensino fundamental, não só nas escolas públicas, que são gratuitas, como também nas instituições confessionais, filantrópicas e comunitárias, sem fins lucrativos (art. 213), conforme sua livre escolha, através de uma contribuição do Estado.

A Constituição, contraditoriamente, estabelece uma grave limitação ao direito de livre escolha dos alunos e de seus pais, carentes de recursos. No parágrafo primeiro do artigo 213 da Constituição é estabelecido que o aluno carente de recursos só poderá obter uma bolsa de estudos, para entrar numa escola particular, quando não houver vagas nas escolas públicas do local da sua residência. Acrescenta ainda que *nesse caso fica o poder público obrigado a investir prioritariamente na sua rede, na localidade*.

O pluralismo democrático exige que seja respeitada a liberdade de ensinar e de aprender e que as escolas confessionais estejam abertas aos carentes de recurso.

Está na hora das diversas correntes democráticas, e entre elas as confissões religiosas, verem real-

mente assegurados o direito à liberdade da educação e o acesso a ela dos seus fiéis. Impõe-se estabelecer os mecanismos que assegurem a concessão regular de subsídios para as escolas e instituições confessionais que já, pelo artigo 213 da Constituição, são reconhecidas como capazes de receber recursos públicos.

Como responsáveis pela educação confessional do Brasil, com este apelo e esta exortação, esperamos que um expressivo número de eleitos, no próximo pleito, passe a abraçar essas teses, promovendo, no mais breve prazo, a necessária reforma constitucional e legal que venha a propiciar o aperfeiçoamento da liberdade e da democracia, em nosso país, com o efetivo financiamento das instituições confessionais, comunitárias e filantrópicas, sem fins lucrativos (art. 213 da Constituição), bem como a efetiva concessão de bolsas de estudo, diretamente aos alunos carentes que queiram estudar, como manifestação efetiva da sua liberdade de opção, nas escolas confessionais.

Fraternalmente,

Dom Jayme Henrique Chemello
Presidente da Conferência Nacional
dos Bispos do Brasil – CNBB

Dom Glauco Soares de Lima
Bispo Primaz da Igreja
Episcopal Anglicana do Brasil

Pastor Huberto Kirchheim
Pastor Presidente da Igreja Evangélica
de Confissão Luterana no Brasil

Bispo João Alves de Oliveira
Presidente do Colégio Episcopal da Igreja Metodista

Dom Leolino Gomes Neto
Presidente da Igreja
Católica Ortodoxa Siriana do Brasil

Pastor Éser Tércio Pacheco
Moderador da Igreja Presbiteriana Unida

Rabino Henry Sobel
Diretor da Confederação Israelita do Brasil

MENSAGEM ÀS COMUNIDADES NEGRAS DO BRASIL

Em nome da Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), desejo saudar, com muita alegria, as Comunidades Negras que desde 1970 festejam o dia 20 de novembro, DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA, por ser a data em que comemoram Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra contra a escravidão. Consciência Negra é uma história de uma raça que foi oprimida, mas lutou e sobreviveu. É a consciência de uma raça que continua lutando para superar todo tipo de preconceito e discriminação.

Não se pode pensar a história e o futuro do País sem a presença do negro, seja ele organizado ou não. Vibrar e viver a esperança, pois o negro é um povo de muita esperança e tem demonstrado isso nas práticas diárias: movimentos negros, agentes de pastoral negros, cursos, encontros, articulação de padres, bispos e diáconos negros, aumento de vocações negras. Na Igreja a Pastoral Afro-brasileira é aceita em suas estruturas de serviço e recebe um novo alento através do Subsídio de estudo da CNBB (n. 85 — "A Pastoral Afro-Brasileira"). Esse espaço conquistado pelos Afro-brasileiros enriquece o catolicismo com sua forma de expressar a sua fé nas manifestações da religiosidade

popular e nas celebrações litúrgicas. Assim, o povo negro ressuscita sua memória histórica, sua auto-estima, sua cultura, enfim, sua identidade.

Quero, igualmente, manifestar a alegria pela realização da VI ROMARIA NACIONAL DAS COMUNIDADES NEGRAS ao Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, realizada no dia 9 de novembro p.p. Esta Romaria foi coordenada pela Pastoral Afro-brasileira e pelo Instituto Mariama — IMA — Sociedade de Articulação dos Padres, Bispos e Diáconos Negros e outras entidades negras. É um marco da ação evangelizadora aculturada na luta pela cidadania.

A Igreja Católica no Brasil, "fiel à missão de Jesus Cristo", está presente nesses importantes acontecimentos por meio de seus representantes e de suas orações.

Exortamos todo o Povo de Deus a colocar-se a serviço da vida e da esperança, "acolher, com abertura de espírito, as justas reivindicações de movimentos — indígenas, da consciência negra, das mulheres e outros — [...] e empenhar-se na defesa das diferenças culturais, com especial atenção às populações afro-brasileiras e indígenas (CNBB, Doc. 65, n. 59).

Brasília-DF, 15 de novembro de 2002

† Dom Raymundo Damasceno Assis
Bispo Auxiliar de Brasília- DF
Secretário-Geral da CNBB

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

DECLARAÇÃO SOBRE A
COMPANHIA VALE DO RIO DOCE 7

VIDA COM DIGNIDADE 13

TRABALHO, VIDA E ESPERANÇA 20

"UM CLAMOR NOS VEM DO NORDESTE"..... 24

CARTA AOS MEMBROS DO SENADO SOBRE O
PROJETO "LEI DOS CASSINOS" 27

PARA UMA EFETIVA REFORMA AGRÁRIA 30

"VIDA COM DIGNIDADE E ESPERANÇA" 32

MENSAGEM AO POVO BRASILEIRO POR
OCASIÃO DO 14º CONGRESSO EUCARÍSTICO
NACIONAL "VENHAM TODOS À CEIA
DO SENHOR"..... 37

BRASIL: APREENSÕES E ESPERANÇAS
— DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE
O MOMENTO ATUAL DO PAÍS 41

CNBB: 50 ANOS 53

MENSAGEM DA CNBB
PARA O 1º DE MAIO DE 2003 61

CONSELHO PERMANENTE DE 1997 A 2003

JUSTIÇA E PAZ NA TERRA 67

DECLARAÇÃO DA CNBB EM FAVOR
DA VIDA E CONTRA O ABORTO 70

ALERTA À CONSCIÊNCIA DA NAÇÃO 73

DECLARAÇÃO DO CONSELHO PERMANENTE
DA CNBB DIANTE DAS ELEIÇÕES DE 1998..... 77

50 ANOS DA DECLARAÇÃO
DOS DIREITOS HUMANOS 83

DECLARAÇÃO "DESAFIOS E ESPERANÇAS
DO MOMENTO ATUAL" 87

DECLARAÇÃO DA CNBB CONTRA
O CRIME ORGANIZADO 91

NOTA DA CNBB 95

VOTO NÃO TEM PREÇO,
TEM CONSEQÜÊNCIAS 97

DECLARAÇÃO DA CNBB SOBRE
A NORMA TÉCNICA DO ABORTO
DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 100

MEIOS DE COMUNICAÇÃO A SERVIÇO
DO BEM COMUM 102

A DIGNIDADE DO TRABALHADOR
E SEU SALÁRIO 105

NOTA DO CONSELHO PERMANENTE
DA CNBB SOBRE A REFORMA AGRÁRIA 108

SOBRE AS CONSEQÜÊNCIAS DO DECRETO
N. 1.775, DE 8 DE JANEIRO DE 1996..... 111

**COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL (CEP)
E CONSELHO EPISCOPAL PASTORAL (CONSEP)
DE 1997 A 2003**

CLAMOR POR JUSTIÇA E PAZ 117

O MOMENTO NACIONAL PÓS-ELEIÇÕES 121

MENSAGEM DE NATAL 125

MENSAGEM AO POVO DE DEUS 129

APELO EM FAVOR DA PAZ 133

NOTA DA PRESIDÊNCIA DA CNBB
E DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL
SOBRE O TIMOR LESTE..... 136

JUBILEU 2000 E DÍVIDA EXTERNA 139

NOTA DA CNBB SOBRE O COMPROMISSO
ECUMÊNICO DA IGREJA CATÓLICA 142

MENSAGEM DE NATAL 144

CRISTO LIBERTA DE TODAS AS PRISÕES 147

NOTA DA PRESIDÊNCIA E COMISSÃO
EPISCOPAL DE PASTORAL PELA ÉTICA
E DIGNIDADE NA POLÍTICA 150

NOTA DE APOIO 151

REPÚDIO À GUERRA E APELO
EM FAVOR DA PAZ..... 154

MENSAGEM AO POVO DE DEUS DA CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL – CNBB – CELEBRANDO OS 25 ANOS DO PONTIFICADO DO PAPA JOÃO PAULO II 156

FELIZES OS QUE PROMOVEM A PAZ (Mt 5,9) — APELO AOS PARLAMENTARES — 160

NOTA DA CNBB SOBRE O PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRESERVATIVOS NAS ESCOLAS 163

PRESIDÊNCIA

NOTA DA PRESIDÊNCIA E COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL DA CNBB 169

DECLARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA CNBB SOBRE A "CARTA ABERTA" DO PROGRAMA NACIONAL DE DST E AIDS, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE 172

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA DA CNBB "SOLIDARIEDADE AO BISPO DIOCESANO, AOS MISSIONÁRIOS E AOS POVOS INDÍGENAS DE RORAIMA" 176

OUTRAS MENSAGENS

MENSAGEM AOS CANDIDATOS E CANDIDATAS A CARGOS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO — JULHO DE 2002 — 183

MENSAGEM ÀS COMUNIDADES NEGRAS DO BRASIL 188

Coleção Documentos da CNBB

1 Testemunhar a fé viva em pureza e unidade
2 Pastoral da eucaristia: subsídios
2A Pastoral dos sacramentos da iniciação cristã
3 Em favor da família
4 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
5 3ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1975-1976
6 Pastoral da penitência
7 Pastoral da música litúrgica no Brasil
8 Comunicação pastoral ao povo de Deus
9 4ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1977-1978
10 Exigências cristãs de uma ordem política
11 Diretório para missas com grupos populares
12 Orientações pastorais sobre o matrimônio
13 Subsídios para Puebla
14 Pastoral da unção dos enfermos
15 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil
16 5ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1979-1980
17 Igreja e problemas da terra
18 Valores básicos da vida e da família
19 Batismo de crianças
20 Vida e ministério do presbítero: pastoral vocacional
21 6ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1981-1982
22 Reflexão cristã sobre a conjuntura política
23 Solo urbano e ação pastoral
24 Pronunciamento da CNBB – 1981-1982 (coletânea)
25 Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil
26 Catequese renovada
27 Pronunciamentos da CNBB – 1982-1983 (coletânea)
28 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1983-1984
29 7ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1983-1984
30 Formação dos presbíteros na Igreja do Brasil: diretrizes básicas
31 Nordeste: desafio à missão da Igreja no Brasil
32 Pronunciamentos da CNBB – 1983-1984 (coletânea)
33 Carta aos agentes de pastoral e às comunidades
34 8ª Plano bienal dos Organismos Nacionais – 1985-1986
35 Pronunciamentos da CNBB – 1984-1985 (coletânea)
36 Por uma nova ordem constitucional: declaração pastoral
37 Pronunciamentos da CNBB – 1985-1986 (coletânea)
38 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1987-1990
39 9ª Plano bienal dos Organismos Nacionais
40 Igreja: comunhão e missão na evangelização dos povos, no mundo do trabalho, da política e da cultura
41 10ª Plano bienal dos Organismos Nacionais
42 Exigências éticas da ordem democrática
43 Animação da vida litúrgica no Brasil
44 Pronunciamentos da CNBB – 1986-1988 (coletânea)
45 Diretrizes gerais da ação pastoral da Igreja no Brasil – 1991-1994
46 11ª Plano bienal dos Organismos Nacionais
47 Educação, Igreja e sociedade
48 Das Diretrizes a Santo Domingo
49 12ª Plano de pastoral dos Organismos Nacionais
50 Ética: pessoa e sociedade
51 Pronunciamentos da CNBB – 1988-1992 (coletânea)
52 Orientações para a celebração da Palavra de Deus
53 Orientações pastorais sobre a renovação carismática católica
54 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1995-1998
55 Formação dos presbíteros da Igreja no Brasil: diretrizes básicas
56 Rumo ao novo milênio: projeto de evangelização da Igreja no Brasil em preparação ao grande jubileu do ano 2000

57 13ª Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional
58 Pronunciamentos da CNBB – 1992-1996 (coletânea)
59 Igreja e comunicação rumo ao novo milênio: conclusões e compromissos
60 14ª Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional
61 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 1999-2002
62 Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas
63- 15ª Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – 2000-2001
64 Diretrizes e normas para as universidades católicas segundo a Constituição Apostólica "Ex Cordi Ecclesiae" – Decreto geral
65 Brasil – 500 anos: diálogo e esperança – Carta à sociedade brasileira e às nossas comunidades
66 Olhando para frente: o projeto "Ser Igreja no Novo Milênio" explicado às comunidades
67 Eleições 2002 – Propostas para reflexão
68 16ª Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – 2002-2003
69 Exigências evangélicas e éticas de superação da miséria e da fome – "Alimento, dom de Deus, direito de todos"
70 Estatuto Canônico e Regimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)
71 Diretrizes gerais da ação evangelizadora da Igreja no Brasil – 2003-2206
72 Projeto nacional de evangelização (2004-2007) – Queremos ver Jesus Caminho, Verdade e Vida
73 17ª Plano bienal de atividades do Secretariado Nacional – "Queremos ver Jesus – Caminho, Verdade e Vida" – 2004-2005 (Jo 12,21b.14,6)
74 Diretrizes para o diaconado permanente: formação, vida e ministério do Diácono Permanente da Igreja no Brasil
75 Carta aos presbíteros
76 Plano de Emergência para a Igreja do Brasil – Edição 2004
77 Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970
78 Assembléias Gerais de 1997 a 2003

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2004